



ELO



PORTE
PAGO

ANO V
FEVEREIRO
N.º 68
1979
MENSAL
PREÇO 10\$00

Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

Todos os anos, nos meses de Fevereiro e Março, a vida associativa assume particular importância. É a altura em que os órgãos directivos prestam contas aos associados sobre o trabalho realizado no último ano. Nas Assembleias Gerais Ordinárias de Zona e na Assembleia Geral Nacional Ordinária os sócios avaliam, através dos relatórios e contas das Direcções, o trabalho que os órgãos por eles eleitos realizaram e verificam se foi positivo, menos positivo ou mesmo negativo o trabalho efectuado; constata-se se a sua Associação está a cumprir os objectivos para que foi criada e se os interesses dos associados estão a ser defendidos.

Em Fevereiro realizaram-se as Assembleias Gerais de Zona Ordinárias, em Março realiza-se a Assembleia Geral Nacional Ordinária. Nesta última o Secretariado Nacional e a Direcção Central prestarão contas aos associados do seu trabalho e da confiança neles depositada para orientarem os destinos da Associação. É de grande importância esta Assembleia Geral, aliás como todas as Assembleias Gerais, órgão soberano que está acima de todos os restantes órgãos sociais, que substancia em si o querer de todos os sócios, como emanação da vontade de todos, já que todos neste órgão têm lugar.

As Assembleias agora realizadas são a segunda e última série sob a responsabilidade dos actuais órgãos sociais, já que com este arranjar de contas sobre o ano de 1978 terminam o seu mandato. Nos termos estatutários deverão realizar-se eleições até ao dia 30 de Abril a fim de os associados escolherem novas equipas de órgãos sociais para os representarem na defesa dos seus direitos e interesses.

Acto democrático, a eleição é uma forma de, no caso da Associação, uns milhares de pessoas que têm direitos e interesses comuns a defender, mas não o podendo fazer, de forma directa, individualmente ou em conjunto, nomearem os seus representantes a quem passam procuração para, em seu nome, defenderem esses mesmos direitos e interesses. E não deixarão de nomear, por força de razão, os mais capazes e responsáveis, os que dêem garantias de ter como seu único interesse a defesa dos interesses dos sócios e da Associação.

Mas, numa Associação democrática e totalmente ao serviço dos sócios como a ADFA, a acção dos associados não termina desta forma simples e cómoda; a sua acção é requerida, pela própria essência e dinâmica da ADFA, na participação activa do dia a dia, tanto através de uma actuação crítica em relação aos órgãos eleitos como de apoio efectivo para melhor se atingir os fins propostos.

Estamos assim a chegar ao fim de mais uma fase de trabalho e prestes a iniciar nova etapa numa Associação que é cada vez maior, mais forte, mais sólida nos seus princípios e cada vez mais assumida em sua plena dimensão no lugar próprio que ocupa perante os poderes constituídos e perante o povo português; uma Associação que, se é uma obra solidamente alicerçada e correctamente erigida, que de todos merece admiração e estima, aos sócios, à sua consciência associativa, vontade e determinação de se afirmarem colectivamente e unidos, se deve.

Essa consciência e vontade são hoje inabaláveis. Foram a garantia da Associação que temos e serão a garantia da Associação cada vez mais forte que, de etapa em etapa, continuaremos a ter.

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS DA ADFA

ASSEMBLEIAS DE ZONA REALIZARAM-SE EM 24 DE FEVEREIRO

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL REALIZA-SE EM 24 DE MARÇO

Tiveram lugar, no passado dia 24 de Fevereiro, as Assembleias Gerais Ordinárias de Zona (Norte, Centro e Sul) que aprovaram os relatórios e contas das Direcções de Zona, bem como os pareceres dos respectivos Conselhos Fiscais.

Depois da realização

das Assembleias Gerais de Zona vai realizar-se a Assembleia Geral Nacional Ordinária, que terá lugar no próximo dia 24 de Março em Lisboa a fim de aprovar o relatório de actividades do secretariado Nacional e o relatório e contas da Direcção Central, bem como o respec-

tivo parecer do Conselho Fiscal Central, conforme convocatória publicada neste número.

Publicamos a seguir os relatórios das Direcções de Zona (Norte, Centro e Sul), bem como os pareceres dos Conselhos Fiscais. Não publicamos nes-

te número os quadros das contas, também aprovadas nas Assembleias Gerais, já que as mesmas serão incluídas nas contas da Direcção Central e serão, assim, publicadas no próximo número do «ELO».

(Continua na 8.ª pág.)

EM OUTUBRO NA ITÁLIA

ENCONTRO MUNDIAL DOS EX-COMBATENTES SOBRE DESARMAMENTO

Vai realizar-se em Roma, de 18 a 20 de Outubro próximo, um encontro mundial dos ex-combatentes sobre desarmamento.

Este encontro vai realizar-se no âmbito da semana de promoção dos objectivos do desarmamento, proclamada pela Assembleia os Estados Membros das Nações Unidas aquando da Assembleia Geral da O. N. U. dedicada ao desarmamento.

A iniciativa do encontro a realizar em Roma em Outubro próximo pertence a quatro organizações internacionais ligadas à guerra e às suas consequências e que são: Confederação Europeia dos Ex-Combatentes (CEAC), Confederação Internacional dos Ex-Prisioneiros de Guerra (CIAPG), Federação Internacional dos Resistentes (FIR) e Federação Mundial dos Ex-Combatentes (FMAC).

A preceder a realização do encontro mundial dos ex-combatentes sobre o desarmamento vai realizar-se, também na Itália, em Florença, a 16.ª assembleia geral da Federação Mundial dos ex-combatentes, de 13 a 16 de Outubro.

A ADFA foi convidada, tanto pela Federação Mun-

dial dos ex-combatentes para participar como observador na 16.ª Assembleia Geral, como pelo Comité organizador do encontro

A ADFA estará presente através de dois representantes

sobre desarmamento para participar igualmente como observador.

Este convite foi recebido com interesse pela Direc-



ção Central da Associação que indicou já àquelas organizações internacionais os nomes de dois representantes seus.

O Comité organizador do encontro de ex-combatentes sobre o desarmamento salienta, em nota que

nos enviou, que «os ex-combatentes, tendo conhecido os sofrimentos e horrores da guerra, estão particularmente sensíveis à ameaça de uma guerra mundial». Foi já, aliás, neste sentido que as orga-

(Continua na 3.ª pág.)

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 do art.º 28.º dos Estatutos, convocam-se todos os sócios da ADFA para uma Assembleia Geral Nacional Ordinária a realizar na sua sede social — Palácio da Independência, Lisboa — no dia 24 de Março de 1979 (sábado), pelas 15 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apreciação e aprovação do relatório de actividades do Secretariado Nacional;
- 2 — Apreciação e aprovação do relatório e contas da Direcção Central e respectivo parecer do Conselho Fiscal Central, relativos à gerência de 1978.
- 3 — Discussão e votação da proposta de alteração do Regulamento Eleitoral em vigor.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional

EM MAIO NA POLÓNIA E NA SUÉCIA

SIMPÓSIO EUROPEU SOBRE TRABALHO PARA DEFICIENTES

Vai realizar-se de 21 de Maio a 2 de Junho próximos, na Polónia e na Suécia (uma semana em cada país) um Simpósio Europeu subordinado ao tema: «trabalho para deficientes — reabilitação profissional e criação de possibilidades de emprego».

O Governo português foi convidado a designar três participantes neste encontro.

A A. D. F. A. foi contactada pelo Ministério do Trabalho no sentido de saber se a Associação estaria interessada em fazer-se representar neste simpósio. Trata-se de uma oportunidade a aproveitar, já que a A. D. F. A. tem vindo a empenhar-se muito especialmente na integração profissional dos deficientes das Forças Armadas, quer através do mercado livre de trabalho, quer através de oficinas próprias por Associação criadas e desenvolvidas.

Assim, a Direcção Central da Associação comunicou já ao Ministério do Trabalho o seu interesse em participar neste simpósio a realizar na Polónia e na Suécia.

Em alguns considerandos relativos à realização deste simpósio, os serviços organizadores salientam que «a garantia do direito ao trabalho de todo o cidadão que deseja trabalhar é hoje considerada como um dos princípios fundamentais da sociedade».

E prosseguem estes considerandos: «Os deficientes, através das suas organizações, exigem cada vez mais firmemente que o direito ao trabalho lhes seja plenamente garantido. Entretanto, nem todos os países encaram da mesma forma os deficientes. Na maior parte dos países europeus, a presente situação económica, caracterizada essencialmente por uma grande estagnação no domínio económico tem agravado os problemas do

emprego e da inflação. Este estado de coisas tem agravado a situação dos deficientes no mercado de trabalho. Mesmo nos países que não são afectados por dificuldades económicas desta ordem, nota-se uma atenção especial para o problema das pessoas deficientes.

«Segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde e da Organização Internacional do Trabalho 10% de cada grupo da população são deficientes físicos ou psíquicos que necessitam de apoio médico, social e profissional. Apesar do aperfeiçoamento dos meios a nível da prevenção, o número de deficientes aumenta permanentemente. O desenvolvimento da Medicina tem permitido prolongar a vida a muitos deficientes que apenas há vinte anos atrás, não tinham qualquer possibilidade de sobreviver. O ritmo crescente de numerosas tensões sociais do dia a dia está na base de um cada vez maior número de doenças mentais. Presentemente, na Europa, as doenças mentais representam um terço dos deficientes que passam pelos centros de reabilitação.»

E prossegue esta nota sobre os considerandos da realização do simpósio europeu e sobre trabalho para deficientes: «Nos países da Europa Ocidental, um apoio social e médico complexo asseguram aos deficientes as necessidades essenciais. Entretanto, o agravamento do problema do desemprego, nos últimos anos, tem limitado a possibilidade de colocação dos deficientes. Um sistema legislativo apropriado garante a orientação, formação e colocação nas empresas e em postos de trabalho protegido, no entanto, cada vez se sente mais a necessidade de criar possibilidades novas de emprego para além do sistema já existente.

«Na Europa de Leste e na Polónia, em particular (onde 200.000 deficientes são submetidos ao processo de reabilitação se aperfeiçoam e trabalham em cooperativas de deficientes ou então os deficientes são directamente colocados em empresas estatais), verifica-se igualmente a necessidade de criar novas possibilidades de emprego para os grandes deficientes, bem como desenvolver as cooperativas de deficientes».

DELEGAÇÃO DE FARO PRONTA A ABRIR

Conforme noticiado no último número do «Elo», realizou-se, no passado dia 10 de Fevereiro, em Faro, uma reunião de sócios do Algarve, no âm-

bito dos trabalhos em curso para a abertura de uma delegação da Associação naquela cidade.

A reunião, que se realizou nas instalações do INATEL, contou com a presença de algumas dezenas de sócios, sendo orientada pela Direcção Central, que esteve presente através de dois elementos, e pela Direcção da Zona Sul que também esteve presente através de dois elementos.

Verificou-se uma participação activa dos sócios nesta reunião que se congratularam pela rapidez com que os trabalhos conducentes à abertura da delegação têm decorrido e, especialmente, por se ter já encontrado instalações para a delegação que reúnem as condições exigidas.

Efectivamente, as instalações, funcionais e situadas em local privilegiado (no centro da cidade), foram cedidas, embora a título precário, pela Caixa de Previdência dos Profissionais de Pesca, conseguindo-se assim evitar a sobrecarga da renda de instalações que constitui normalmente um dos maiores encargos das delegações da Associação.

Está assim a delegação de Faro pronta a abrir, faltando apenas a deliberação do Secretariado Nacional nesse sentido que se realiza no Porto no próximo dia 10 de Março.

Entretanto o Emissor Regional Sul da RDP transmitiu, no passado dia 8 de Fevereiro, um programa, com duração de cerca de meia hora, sobre a abertura da delegação da ADFA em Faro, tendo sido entrevistado um elemento da Direcção Central e um elemento da comissão instaladora da delegação.

SECRETARIADO NACIONAL

REÚNE NO DIA 10 DE MARÇO NO PORTO

Vai realizar-se, no próximo dia 10 de Março, mais uma reunião do Secretariado Nacional da Associação que terá lugar nas instalações da delegação do Porto.

Da ordem de trabalhos desta reunião consta a aprovação do relatório de actividades do Secretariado relativo a 1978, parecer do Conselho Fiscal Central sobre os relatórios trimestrais do Conselho Fiscal da Zona Norte, apreciação de uma proposta do Conselho Fiscal Central, nos termos da alínea h) do art.º 31.º dos Estatutos e abertura da delegação de Faro.

Entretanto ainda não será nesta reunião que se deliberará sobre o redimensionamento dos serviços e delegações da Associação, já que na reunião que se realizou no passado dia 13 de Fevereiro entre a Direcção Central e as Direcções de Zona não foi possível elaborar uma proposta concreta, conforme havia sido deliberado na última reunião do Secretariado.

O MELHOR PARTIDO

Indagava o distinto jornalista Baptista-Bastos, ao fazer uma magnífica obra sobre a ADFA, se não haveria diários de guerra...

Certo que sim; poucos, pelas razões então apontadas, mas bons, muito bons mesmo alguns. E não se publicam? Pois não, e vejamos porquê.

Seria, pelo menos, pitoresco descrever eventos deste estilo: «Chegado de África, desembarcado do avião para a ambulância, às escondidas, não imaginassem no aeroporto que os aviões traziam feridos, Manel logo pensou na noiva que o aguardava. Lá estava, junto ao hospital, a sua Maria a aguardá-lo, carinhosamente, etc., etc... Entretanto, a família de Maria, reunida, perguntou: — Que ideia é essa, que disparate vem a ser este de casar com um estropiado? Não arranjou melhor partido? — Não, bem procurei lá pelo Serviço 6 mas, com 7 costelas fracturadas, um braço, uma perna, o nariz e a cabeça, é único. Não há melhor partido...»

No entanto, sem negar um mundo de factos graves que pode ser denunciado em meras passagens deste tipo, a verdade é que os diários de guerra, ou escritos do mesmo género, de autores estrangeiros, são quase sempre de orientação reacçãoária, belicista e em moldes opostos aos princípios da ADFA.

Não se nega contudo o valor documental, e até literário, de alguns desses livros, que merecem oportuno estudo e análise. Direi mais, certos há indispensáveis ao entendimento de factos históricos fundamentais, ou ao estudo comparado, por exemplo, dos Serviços de Saúde dos vários exércitos empenhados em guerras coloniais.

Voltaremos a este assunto dos diários de guerra. Por agora, importa sublinhar unicamente que a ADFA é dinâmica, tem uma luta intensa a desenvolver, digna e lealmente.

Olhar o futuro, isso sim, deverá ser o desígnio primordial de quem escrever no «Elo»... o resto virá por acréscimo!

Na realidade, o 25 de Abril foi, passou, não estando todavia esquecido, razão motora, pelo qual teremos de escrever, lutar, pelos objectivos então definidos. Não estamos parados... o diário de guerra consistirá em anular, na prática quotidiana, as dificuldades dos estudantes e trabalhadores Deficientes, as agressões da legislação ainda vigente que impede a reabilitação social, os atropelos ou incumprimentos do articulado da Constituição.

Aí vai um exemplo do meu «diário»: «Hoje, em pleno ano de 1979, um Deficiente das Forças Armadas, cego e amputado, é proibido de viajar num autocarro por ser acompanhado pelo cão, seu guia e amparo! Esse cego, esse cão, têm mais vista e inteligência do que o pessoal do autocarro, passageiros e, atente-se bem, do que a própria Lei... Se eu me não rebelar, fontalmente, a casos destes, não serei cego mas estúpido!»

Dia a dia, na ADFA ou fora dela, vamos refilar contra semelhantes situações. O Diário de Guerra dos Deficientes é HOJE. Vive-se e faz-se com consciência de ser o melhor partido e por isso lutar.

Escrever, vendo bem, é o que menos importa!

António Emílio Santa-Rita
(Sócio n.º 3041)

ELEIÇÕES

De novo se vão realizar novas eleições para os corpos gerentes da A. D. F. A. a nível Nacional, e, neste aspecto, não é demais lembrar aos associados os Estatutos aprovados em A. G. N. em 29-1-77, que no Capítulo I, Art. 4.º — 1. rezam o seguinte:

A A. D. F. A., integrada nos princípios fundamentais do respeito pela livre iniciativa, visa a defesa e promoção dos interesses Sociais e Económicos, Morais e Profissionais dos Deficientes e deverá sempre orientar a sua política de modo a apoiá-los e a conseguir no seu seio uma justiça Social efectiva.

2. A A. D. F. A. nunca poderá ter um carácter partidário ou seguir qualquer credo religioso, sendo vedado aos associados encaminhar a Associação para qualquer partido ou religião ou ainda servir-se da mesma para iguais fins.

3. A A. D. F. A. deverá ter sempre uma actuação democrática, orientando a sua política de reabilitação e reintegração sócio-profissional dos deficientes numa perspectiva socialista.

No que diz respeito aos associados se salienta o Art. 8.º e duas alíneas que julgamos mais importantes.

Art. 8.º — 1. São direitos dos sócios:

a) Tomar parte nas Assembleias Gerais Nacionais, Assembleias Gerais de Zona e Plenários de Delegação;

b) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais da A. D. F. A.

Há que sentir as responsabilidades que os sócios têm com a Associação e entre todos fazer um grande esforço para que no dia das eleições todos nós possamos estar presentes a fim de elegermos as pessoas que irão por dois anos governar a A. D. F. A. e que essas pessoas sejam responsáveis e capazes de criar condições, quer na Sede quer nas Delegações, de um ambiente acolhedor onde o sócio se possa sentir como em sua casa.

Assim, a Zona Sul — Évora vem por este meio fazer realçar a importância de que este acto eleitoral se reveste, pois depende do referido acto a organização e o bom andamento dos assuntos de interesse de todos os associados, sendo os mesmos responsáveis pelo destino da A. D. F. A.

A DIRECÇÃO DA ZONA SUL

A ADFA REPRESENTADA NO CONSELHO GERAL DOS SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Após a entrada em funcionamento do Gabinete Técnico da ADFA foram encetadas pelo mesmo as diligências necessárias para que a Associação, com mais de 1000 beneficiários inscritos nos Serviços Sociais das Forças Armadas, ocupasse o lugar que lhe compete na constituição do órgão consultivo, criado por despacho de 12 de Setembro de 1978 e que é o Conselho Geral dos Serviços Sociais das Forças Armadas.

No preâmbulo do citado despacho diz-se «Considerando conveniente criar desde já um Conselho Geral dos SSFA, como órgão consultivo destinado a exercer uma acção de informação, de esclarecimento e de discussão de problemas de ordem social, embora ainda com carácter experimental para que do seu funcionamento se retirem os ensinamentos que permitirão vir a institucionalizá-lo com carácter definitivo... e o articulado esclarece as funções, a composição e a periodicidade e funcionamento das reuniões.

Entendemos esclarecedor transcrever algumas das matérias sobre as quais o Conselho Geral poderá ou deverá emitir opinião:

a) actividades gerais

e principais medidas tomadas pela Comissão Directiva dos SSFA no período anterior;

b) programas de actividades dos SSFA para o futuro ou alterações a introduzir nos programas em curso, em especial no que se refere à política social, aos prazos estabelecidos, aos benefícios a conceder e ainda aos valores dos subsídios ou participações a fixar para cada um deles;

c) propostas orçamentais dos SSFA para o ano seguinte;

d) sugestões de medidas que visem a obtenção de melhores regalias ou benefícios sociais para os beneficiários dos SSFA.

Com este esclarecimento pretendemos que os sócios da ADFA beneficiários dos Serviços Sociais fiquem ao corrente do que se está a fazer no sentido de, directamente e com justiça social, se representar os anseios e necessidades dos Deficientes das Forças Armadas e Pensionistas de Preço de Sangue legitimamente representados pela ADFA.

E foi com este espírito que a Direcção Central solicitou uma entrevista ao Presidente dos SSFA que teve lugar no dia 8 de Fevereiro, na sede daqueles serviços.

Os representantes da Associação tiveram oportunidade de salientar o nosso interesse em participar activamente no Conselho Geral dos Serviços Sociais e o Presidente dos mesmos, tomando em consideração os nossos anseios e o trabalho até hoje desenvolvido por toda a Associação na colaboração que tem prestado aos nossos sócios beneficiários dos

DESPORTO NA ADFA

No próximo dia 10 de Março vai realizar-se na sede da ADFA um torneio relâmpago de ténis de mesa destinado a sócios e simpatizantes.

Entretanto, estão já em curso os preparativos para os torneios a realizar no âmbito do 5.º aniversário da ADFA (14 de Maio). Neste sentido estão abertas inscrições até ao dia 30 de Março para participação nas seguintes modalidades: xadrez, damas, ténis de mesa, tiro ao arco, natação e futebol de salão.

Nos jogos de salão pretende-se que cada delegação da Associação leve a efeito entre si o apuramento de 2 ou 3 finalistas a fim de que no dia 12, 13 e 14 de Maio se possam efectuar as eliminatórias para o apuramento dos vencedores.

SSFA entendeu por bem convidar a ADFA a nomear os seus representantes ao Congresso deste ano que se realizará em Maio próximo podendo a Associação apresentar qualquer trabalho com interesse para ser debatido no mesmo Congresso. Igualmente foi a Associação convidada a nomear um Subdelegado e um Adjunto, para os quais passarão a ser encaminhados todos os problemas que os nossos sócios beneficiários tenham com os Serviços Sociais.

A Direcção Central da Associação entendeu propor para o desempenho destas funções um trabalhador de Lisboa (Sede) devendo o outro lugar ser preenchido por um elemento a designar pela Delegação do Porto.

Oportunamente os sócios serão informados com mais detalhes acerca das atribuições dos SUD e A'SUD da ADFA para os Serviços Sociais das Forças Armadas.

ENCONTRO MUNDIAL DE EX-COMBATENTES

(Continuação da 1.ª pág.)

uizações internacionais de ex-combatentes e vítimas da guerra organizaram em Paris, em 1975, um simposio europeu sobre o desarmamento que reuniu representantes de organizações de todas as zonas geográficas e quadrantes políticos da Europa, deste continente onde deflagraram as duas últimas guerras mundiais, onde os dois maiores blocos militares actualmente se enfrentam e onde se concentra mais de 80% do potencial militar de todo o mundo. A declaração final, aprovada

unanimemente neste encontro de Paris, considera que «a corrida aos armamentos e a disseminação das armas de destruição massiva põem em risco a segurança de todos os povos».

«Hoje, mais que nunca, a humanidade encontra-se ameaçada de autodestruição», considera a nota a que estamos a referir-nos. E acrescenta que «a corrida aos armamentos prossegue, os orçamentos militares não cessam de aumentar e absorvem uma quantidade considerável de recursos humanos e materiais; os arsenais de armas nucleares existentes são, só por si, suficientes para destruir toda a vida existente na terra».

«Num mundo de recursos limitados, verifica-se um contraste aflitivo e espectacular entre as verbas fabulosas canalizadas anualmente para o fabrico e aperfeiçoamento de armamento e a miséria e carências em que vivem dois terços da população mundial.

«Os ex-combatentes estão convencidos que a verdadeira segurança não reside numa acumulação de armas que, acentuando as diferenças entre as nações, agrava as tensões e os conflitos e constitui um risco constante de guerra, mas sim na procura de uma melhor e mais justa repartição dos recursos mundiais na base de novas relações

internacionais assentes no princípio do não recurso à força, da igualdade e da justiça, da confiança e da cooperação e do recurso à arbitragem e à negociação para a solução dos diferendos».

CONVÍVIOS NA SEDE DA ADFA

Realizou-se no passado dia 17 de Fevereiro (sábado), na sede da Associação em Lisboa, um convívio em que participaram algumas dezenas de associados e familiares.

Este convívio constou essencialmente da realização de jogos de dominó, bilhar e ténis de mesa, que tiveram início às 14,30 h., e da projecção de um filme que se iniciou às 17,30 h. e terminou às 19,30 h.

Este convívio insere-se num conjunto de acções associativas que se pretende levar a efeito na sede da Associação em Lisboa, e que culminarão num ponto alto, que será a comemoração do 5.º aniversário da Associação em 14 de Maio.

O convívio que se segue a este, realizado em 17 de Fevereiro, será especialmente dedicado às crianças (no dia 10 de Março), participando deste modo a A. D. F. A. no ano internacional da criança, conforme noticiámos noutra local deste número.

GRANDES DEFICIENTES PODERÃO SER DISPENSADOS DO SEGURO DE VIDA NA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA

Alguns deficientes das Forças Armadas, abrangidos pelo decreto-lei n.º 43/76, têm vindo a deparar com uma dificuldade muito especial (paradoxal) no processo de aquisição ou construção de habitação própria, de acordo com as condições previstas no art.º 14.º daquele diploma.

Efectivamente, essas condições, conforme o decreto-lei n.º 43/76 são as mesmas dos trabalhadores das instituições de crédito nacionalizadas. Acontece que nas condições estabelecidas para os bancários e que, por conseguinte, são as mesmas dos deficientes das Forças Armadas, está prevista a obrigatoriedade da realização de um seguro de vida (renda certa vitalícia) que garante à Caixa Geral de Depósitos o reembolso do empréstimo em caso de morte do beneficiário deste, ficando deste modo os herdeiros livres dos encargos respeitantes à amortização da dívida.

As companhias de seguros têm levantado problemas em alguns casos quando se trata de grandes deficientes, havendo casos em que se negaram à efectivação do seguro e outros em que

o prémio fixado é exageradamente elevado.

Perante esta situação paradoxal — é concedido o benefício porque se é deficiente e depois não se consegue obter a concessão desse mesmo benefício por se ser deficiente — a Direcção Central da Associação solicitou uma entrevista que teve lugar no passado dia 29 de Janeiro, ao responsável pelo sector dos empréstimos da Caixa Geral de Depósitos. Nesta entrevista a Direcção Central esteve presente através de um seu elemento acompanhado pelo consultor jurídico da Associação que, previamente, havia enviado à Caixa uma exposição fundamentada sobre o assunto, solicitando que os deficientes das Forças Armadas que recorrem ao crédito para habitação, nos termos do n.º 8 do art.º 14.º do decreto-lei n.º 43/76, sejam dispensadas da apresentação do seguro de vida.

Depois de estudada a pretensão da ADFA, a Caixa Geral de Depósitos decidiu já, e comunicou-o à ADFA, que a norma de ser exigido o seguro de «renda-certa-amortização» não impedirá que em certos casos justificados possa a Caixa anuir à sua dispensa.

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA APOSENTAÇÃO

A ADFA APRESENTOU O SEU PARECER AO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Conforme noticiámos no último número do «Elo», o Ministério da Defesa Nacional enviou à ADFA um projecto de Diploma a alterar diversos artigos do Decreto-Lei n.º 498/72 (Estatuto da Aposentação), a fim de a Associação apresentar as críticas julgadas convenientes.

A ADFA recebeu este projecto no dia 23 de Janeiro e deveria apresentar o seu parecer até ao dia 31 do mesmo mês, 8 dias apenas.

Dado o limitadíssimo prazo concedido, a Associação conseguiu, junto do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, uma tolerância de uma semana e, assim, no passado dia 7 de Fevereiro, apresentou o seu parecer sobre a alteração daquele diploma fundamental para os deficientes das Forças Armadas e todos os servidores do Estado aposentados.

Com o escasso tempo de que se dispôs não foi possível elaborar um trabalho exaustivo e que resultasse essencialmente da participação de toda a estrutura associativa. Assim, as delegações, à excepção do Porto, não tiveram possibilidade de elaborar qualquer trabalho.

E a análise da Direcção da Zona Norte não chegou a ser incluída no parecer enviado ao M. D. N. por não ter chegado à sede dentro do prazo útil. Foi, contudo, ainda possível auscultar a opinião de algumas dezenas de sócios que, para o efeito, se reuniram na sede da Associação e cujas ideias e sugestões se revestiram de especial importância e foram devidamente consideradas.

Como já referimos no último número do «Elo», o projecto de alteração do Estatuto da Aposentação enviado à ADFA incluía um conjunto de alterações que pouco ou nada afectam a situação dos deficientes militares abrangidos por aquele diploma. Embora se trate de alterações que vêm contemplar situações de injustiça relativamente aos servidores do Estado em geral e que a seguir referimos, quanto aos deficientes, quer militares quer servidores do Estado civis, não são contemplados de forma especial, mantendo-se a filosofia que enforma aquele diploma publicado durante o regime fascista (1972) que, sabe-se bem, tinha uma maneira muito própria de encarar os deficientes e a sua «integração» social.

Estatuto da Aposentação os militares ou servidores do Estado civis que adquiriam uma deficiência permanente eram considerados aposentados, isto é, desligados, definitivamente do trabalho como pessoas incapazes de produzir, com uma pensão reduzida, lançados assim para a inactividade e para a sobrevivência difícil com essa magra pensão que de ano a ano era actualizada a passo de caracol em relação ao galopante aumento do custo de vida. Quanto à intenção de arrumar os deficientes na inactividade, o legislador é bem claro quando determina que os aposentados extraordinariamente não podem voltar a ser trabalhadores do Estado.

É perante esta maneira de encarar os deficientes através de uma lei básica que o parecer da ADFA foi emitido,

TESOUREIRO DA DIRECÇÃO CENTRAL DESLOCOU-SE AOS AÇORES

O Tesoureiro da Direcção Central deslocou-se, no passado dia 15 de Fevereiro, aos Açores, onde permaneceu até ao dia 21, tendo prestado apoio técnico aos responsáveis das delegações da Associação em Angra do Heroísmo e em Ponta Delgada na apresentação das contas relativas ao exercício de 1978.

não obstante, como já referimos, o projecto de alteração não mexer no articulado que se refere aos deficientes.

AS ALTERAÇÕES DO PROJECTO

São essencialmente as seguintes as inovações contidas no projecto de alteração do Decreto-Lei n.º 498/72 que a ADFA recebeu:

— Alargamento do âmbito pessoal em termos que praticamente só não permitirão a inscrição na Caixa Geral de Aposentações às pessoas que prestem serviços em regime de autonomia profissional.

— Redução do prazo de garantia de 15 para 5 anos com consideração do tempo parcial como completo apenas para efeitos de inscrição.

— Eliminação das perdas de direitos em sede de segurança social devido à cessação de funções por motivos penais ou disciplinares.

— Adição dos meses completos de serviço ao tempo contável para a aposentação.

— Redução de 40 para 36 anos do requisito do tempo de serviço para aposentação ordinária com direito a pensão máxima.

O PARECER DA ADFA

No seu parecer a A. D. F. A. lamenta não ter sido ouvida atecipadamente sobre a projectada alteração ao Estatuto da Aposentação, e, mais ainda, tendo em conta que no projecto ora apre-

sentado se não invoca qualquer preceito inovador que contemple os direitos consignados aos cidadãos que se deficientem física ou mentalmente ao serviço do Estado, isto é, o artigo 71.º e o n.º 6 do art.º 276.º da Constituição da República Portuguesa, que aponta no sentido de «realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração de deficientes».

Acrescenta a Associação que lamenta que, dos 21 artigos propostos para alteração, nem um só se refira às aposentações de militares, sejam elas reformas ou pensões de invalidez.

Colocando-se à disposição do Ministério da Defesa Nacional sobre um estudo total do Estatuto da Aposentação, a ADFA adiantou, desde já, as seguintes alterações fundamentais:

— Que a reforma extraordinária se verifique, além de acidente ou doença em serviço, também quando de agravamento de doença em serviço.

— Que a reforma extraordinária ocorra, se não requerido pelo subscritor, quando forem esgotadas todas as diligências no sentido da reclassificação profissional do subscritor.

— Que a actualização de pensões seja automática em consequência da elevação geral dos vencimentos do funcionalismo ou da criação de suplemento ou subsídio geral sobre os mesmos.

— Que as pensões de aposentação ou reforma extraordinária ou de invalidez devem acumular com as pensões referentes à profissão exercida pelo deficiente mesmo que se trate de trabalhador da função pública.

— Que os deficientes possam requerer a reavaliação da percentagem de incapacidade sem limite de tempo (é actualmente de 10 anos).

— Que as juntas de saúde de cada ramo das Forças Armadas e das corporações militarizadas, sejam constituídas por 2 médicos do Serviço de Saúde respectivo e 2 médicos da Caixa Geral de Aposentações, eliminando as juntas da Caixa.

— Que as novas disposições do Estatuto da Aposentação tenham efeitos retroactivos, com a permissão da revisão processual aos subscritores já aposentados extraordinariamente.

— Que as pensões dos deficientes militares sejam actualizadas automaticamente em relação aos correspondentes vencimentos dos militares do mesmo tempo, posto ou graduação na situação de activo.

IMPORTANTE

OS SÓCIOS DOS S. S. F. A. DEVEM PREENCHER NOVAS FICHAS DE INSCRIÇÃO

Os Serviços Sociais das Forças Armadas, onde existem mais de 1500 sócios da ADFA inscritos, solicitaram a colaboração da Associação no sentido de todos os sócios já inscritos ou a inscrever preencherem a nova ficha de inscrição absolutamente indispensável para o planeamento de todas as acções a desenvolver por aqueles serviços, as quais, como se sabe, se destinam a apoiar em diversas modalidades os seus sócios com dificuldades económicas, habitacionais, assistência escolar, reabilitação, etc.

Na sede da ADFA em Lisboa, Serviço de Recepção, já se encontram os novos boletins que devem ser preenchidos o mais rapidamente possível por todos os sócios-beneficiários titulares daqueles serviços e que residam na área de Lisboa. Também o podem fazer na sede dos Serviços Sociais, mas há todo o interesse em ser feito na Associação a fim de se poder, ao mesmo tempo, saber quais os problemas que os beneficiários dos S.S.F.A. consideram mais importantes de resolver.

Em algumas Delegações da Associação também já existem estes novos boletins de inscrição e os sócios poderão dirigir-se às mesmas para esse efeito. No decorrer do mês de Março todas as Delegações estarão aptas a prestar estes esclarecimentos.

CURSO INTENSIVO DE DACTILOGRAFIA

Dentro do âmbito da reabilitação profissional, a que a Associação tem vindo a dar particular atenção, vai ter início um curso intensivo de aperfeiçoamento de dactilografia na sede, em Lisboa, destinado a alguns trabalhadores da Associação e a sócios que pretendem adquirir habilitações profissionais para encontrarem uma colocação adequada.

Este curso, que durará cerca de 12 semanas, com o horário de 4 horas diárias, é orientado por uma monitora dos Serviços de Formação Profissional do Ministério do Trabalho.

Além da monitora, aqueles serviços colocam à disposição da Associação todo o apoio técnico necessário. Serão cerca de 10 deficientes que frequentarão este curso, sendo dois trabalhadores da sede que desempenham as funções de dactilógrafos.

Através deste curso de dactilografia os alunos ficam aptos a desenvolver todo o trabalho inerente a esta actividade, podendo assim mais facilmente encontrar emprego ou progredir profissionalmente no caso de já estarem empregados.

Depois deste curso, que terá início ainda durante o mês de Março, outros se seguirão se os sócios da Associação demonstrarem interesse em frequentá-los. Assim, todos os associados interessados deverão entrar em contacto, pessoalmente ou por escrito, com a Secção de Reabilitação Profissional da sede da Associação em Lisboa, o mais breve possível a fim de se programarem novos cursos.

DELEGAÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO VISITOU A ADFA-PORTO

Com a finalidade de se inteirar do modo de funcionamento das Oficinas apoiadas, existentes no Norte do País, uma delegação do Secretariado Nacional de Reabilitação efectuou visitas às Organizações de Deficientes.

No dia 1 de Fevereiro coube a vez à A. D. F. A. — Porto, de ser visitada pela referida delegação que, depois de se inteirar dos elementos de maior interesse, efectuou uma visita pormenorizada às instalações das Oficinas Ortopédica e Marcenaria.

Saliente-se o interesse e o agrado pelo trabalho desenvolvido no sector oficial da A. D. F. A. — Porto, vincado no desejo expresso de um estreitamento de relações com a A. D. F. A.

SÓCIO DA ADFA FALECEU NO INSTITUTO DE ONCOLOGIA

O sócio da A. D. F. A. Manuel Roseiro Martins faleceu no passado dia 9 de Fevereiro no Instituto de Oncologia em Lisboa. Desconhece-se se o motivo que provocou a sua morte está relacionado com a sua deficiência.

Este associado, natural de Idanha-a-Nova, onde residia (tinha 38 anos e era casado), havia sido ferido na Guiné com o rebentamento de uma granada que lhe provocou a perda da vista esquerda, tendo-lhe sido atribuído, em consequência, 33,5% de desvalorização.

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome
Morada
Localidade

PORTUGAL
ANUAL 100\$00
SEMESTRAL 50\$00
ESTRANGEIRO
ANUAL 200\$00
SEMESTRAL 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)
JUNTO ENVIO CHEQUE
VALE DE CORREIO
(Riscar o que não interessa)

POEMAS

QUE O «ELO» PUBLICOU



Pretendemos realçar a importância que a poesia tem assumido nas páginas deste jornal.

Valor absoluto, o da poesia, também o tem em relação ao «ELO», porque tem servido como veículo muito especial na comunicação entre os seus autores e os leitores.

Não esperávamos, com sinceridade, quando nos lançámos na composição dos primeiros números do «ELO», que uma participação permanente de sócios e assinantes com as suas poesias nos ocupasse o espaço que com satisfação permanente lhe facultamos.

Os poemas já publicados, tanto em qualidade como em quantidade, davam já para a elaboração de uma colectânea, cujo valor e oportunidade seriam reforçados pelos específicos temas tratados (guerra, paz, deficientes, reabilitação, justiça social, etc.).

Não pretendemos, com a selecção que hoje apresentamos, fazer crer que consideramos estes os melhores poemas publicados, pretendemos, tão somente, prestar uma homenagem a todos os que publicaram os seus trabalhos no «ELO», relembrando algumas poesias no entanto significativas.

Os melhores poemas publicados poderão vir a ser seleccionados (e este trabalho poderá ser o ponto de partida), mas não pretendemos ser os únicos juizes, os leitores, esses sim, saberão expressar o efeito da mensagem que cada poesia até si levou e melhor as classificar. O seu juízo será fundamental se esse trabalho for elaborado.

Desta vez recordamos alguns poemas dos muitos publicados neste espaço alargado em merecida homenagem da poesia. No próximo número continuaremos com o espaço habitual para novas comunicações entre poetas e leitores, através do veículo incomparável que é a poesia.

POEMAS QUE O «ELO» PUBLICOU

NÃO FUI À GUERRA

...Mas sei que lá morreram
homens!
Eram soldados que pertenciam à luta
[do Povo,
mas foram enganados!

Uns caíram de tronco esfarrapados,
Outros, sem pernas, aos bocados,
outros de olhos esbugalhados,
outros de raiva, por ultrajados,
outros por estarem longe, sem amor,
outros para quem o desastre trouxe dor.
Outros,
outros,
tantos outros!
...Mas alguns salvaram-se (30 000)!
...Só lá ficaram bocados de um corpo
que fisicamente fazem falta
p'rá luta do Povo.

Do Povo que não quer guerra!
Do Povo que pretende viver de corpo
[inteiro!

Seja soldado
poeta
ou carpinteiro!

Seja maestro
político
ou sapateiro!

Seja funcionário
rural
ou serralheiro!

Que seja homem a tempo inteiro!

Que seja de facto verdadeiro!

E nunca, apenas,
mentor da guerra,
do ódio,
da injustiça.

Senhor da Europa
e do mundo capitalista:

Senhor saudoso
do regime salazarista!

— Não fui à guerra —

Mas sei que lá morreram
homens!

...E incólumes ficaram
os mentores da mesma
porque nada sacrificaram!

— NÃO QUERO GUERRA! —

ANGELO TEIXEIRA
in «Elo» n.º 53 — Outubro 1977

LEVANTA-TE DEFICIENTE

Levanta-te Deficiente
A esmola queima a mão
Levanta-te e não permitas
Que se sirvam de ti
Como se fosses um trapo
Ou apenas um farrapo
Que só serve
Pra limpar o chão

Levanta-te Deficiente
Exige que te olhem de frente
Levanta-te e não admitas
Ser fardo de toda a gente
Tens direito ao trabalho
Como qualquer cidadão
Em frente luta
Pela Associação

Levanta-te Deficiente
Junta-te a teu irmão
Levanta-te Deficiente
Luta p'la emancipação.

ABEL FORTUNA
in «Elo» n.º 58 — Março 1978

BATALHA

Na frente de batalha
um corpo é atravessado.
Na frente de batalha
um grito é abafado.
Na frente de batalha
ouve-se uma oração.

Na retaguarda
o general recebe uma condecoração.

Na frente de batalha
um metro é conquistado.

Na retaguarda
o general é condecorado.

Na frente de batalha
o cheiro é acre.

Na retaguarda
o general bebe um conhaque.

Na frente de batalha:
eu e meus irmãos,
andamos sujos, sub-alimentados.
Na frente de batalha,
damos as mãos
e dormimos — acordados.
Na frente de batalha:
dizem-nos para avançar.
Não há tempo para comer
É tempo de morrer.
É tempo de conquistar
não se pode recuar.

Na retaguarda:
Condecoração sobre condecoração
vida bela com comida
boa cama, melhor dormida.
Uma mulher para consolação,
nem uma morte para recordação.

Na retaguarda:
nossas mães de luto vestidas,
nossas irmãs chorosas,
nossas mulheres ansiosas,
Nossas coisas vendidas,
nossas vidas perdidas.

VICTOR SENCO
in «Elo» n.º 50 — Julho 1977

SÓ QUEREMOS O QUE DEMOS PELO 25 DE ABRIL

Somos muitos.
Muitos
Tantos
Que nem sabemos quantos
Temos a carne mordida
Pelo monstro da exploração
Temos os membros serrados
Os olhos na escuridão
Temos o rosto desfeito
O corpo cheio de estilhaços
Não temos pernas nem braços
Mas sabemos dizer:
Não
Dizemos não aos lacaios
As feras do capital
Dizemos não às manobras
Que enlutecem Portugal
Dizemos não às gavetas
Não queremos abrir a mão
Não queremos viver de tretas
Queremos casa, queremos pão
Queremos uma vida igual
À de qualquer outro cidadão
Não damos a nossa força
A quem não seja razão
Toda a força que é nossa
É para a revolução.
Não queremos ser mais cobaias
Da injustiça cruel
Só queremos ter o que demos
Pelo vinte e cinco de Abril.

SÁ FLORES
in «Elo» n.º 48 — Maio 1977

PERGUNTEI

POR DEUS

Perguntei por Deus
nas cidades e vilas
montanhas e planícies.

Perguntei por Deus
ao vento
às ondas do mar.

Subi ao pico mais alto do mundo
com a ajuda de cientistas,
periscópios, binóculos e outros aparelhos,
e não vi Deus.

Viajei no tempo
encontrei Torquemada
perguntei-lhe por Deus
e não me respondeu nada.
Estava na época da inquisição
— A Santa Inquisição —
Só vi fogueiras, martírios,
fome, peste e destruição.

Dei comigo na Guerra
na primeira Grande Guerra.
E perguntei por Deus
a um pobre soldado
que me respondeu
— «Não sei. Ai em frente
está um homem, talvez casado
talvez já tenha filhos. Mas disseram-me
que era um inimigo. Eu nunca o vi,
Mas tenho que matá-lo.»

Não desisti.
Voltei a perguntar por Deus
Vieram-me recordações
da 2.ª Guerra Mundial
da nossa Guerra Colonial,
do Líbano
da Palestina

Afinal
onde está Deus?

Perguntei por Deus
ao mineiro
também ao cavador.
E nada me responderam.

Perguntei por Deus em todos os lugares
no barco do alto mar
no bairro da lata,
nada, não o encontrei.

Fiz a última tentativa,
juntei um explorado
e um explorador.
Perguntei-lhes por Deus
e então fiquei sabedor
que o Deus do explorado
é diferente do Deus do explorador.

VICTOR SENCO
in «Elo» n.º 58 — Março 1978

INTRÓITO

Eu não canto o épico da guerra!
Não, não canto!
Eu não canto a agressão
que fui e suportei!
Eu fui à guerra:
MATE!...

— Aqui estou, hoje e agora,
amanhã e sempre,
para gritar em verso ou prosa
aquilo que vi, fiz e vivi:

— Porque acordei!
E dou testemunho de tudo
quanto canto
pois tudo vivi como instrumento
e hoje sinto como canto!

— Não quero esquecer a guerra!
A lembrança
Há-de ser

até morrer
o permanente estigma
que todas as madrugadas
me há-de mobilizar!
(E não me venham falar de esponjas)

ANTÓNIO CALVINHO
in «Elo» n.º 33 — Abril 1976

POVO

Povo!
Quantas vezes
ao longo de anos
tens ouvido dizer,
aos políticos, aos influentes:
— NÓS VAMOS DEFENDER-TE

E arranjam guerras
E arranjam intrigas
E fazem desfalques,
Tudo:
— AO SERVIÇO DO POVO

Povo!
Quantas vezes te prometeram
Melhores condições de vida
Defesa na velhice
Protecção na doença
Melhoria cultural
Pão todos os dias
Trabalho todos os dias
E eles prometem...
E eles dizem:
— ESTAMOS A SERVIR O POVO

Povo!
Que pensas tu
Quando teus filhos
Morrem,
De fome, da doença.
Povo!
Que pensas tu
Dos políticos
Que tantas vezes dizem:
— ESFORÇAMO-NOS PELO POVO

Povo!
Que dizes tu
Quando
(Aos que dizem defender-te)
Pedes uma vida...
«Um pouco melhor»
E como resposta
Tens

A polícia.
Povo!
Que dizes tu
As mentiras diárias
Fazendo-te passar por parvo?

Povo!
Que dizes tu
Quando ouves aos políticos
— VAMOS DAR TRABALHO A TODOS
E vês teus filhos
Teus amigos
Emigrarem?

Povo!
Quando será
Que não consentirás
Mais mentiras
Mais ódios
Mais intrigas?
Povo!
Quando esse dia chegar,
Quando já não
façam pouco de ti

Então...
Haverá sorrisos
Nas crianças e nos adultos,
Mesmo que chova
Será sempre Primavera,
Uma bola colorida
Brincar sempre conosco
Porque...
Já não haverá guerras
Já não haverá exploração
Já não haverá mentiras

As flores florirão
O rubro será rubro
e
o Amarelo amarelo
Os campos ficarão cobertos
de cravos de jasmims
e
A alegria inundar-nos-á
Sempre.
Porque
A partir desse dia
Tu Povo
SERÁS POVO!

VICTOR SENCO
in «Elo» n.º 44 — Janeiro 1977

POEMAS QUE O «ELO» PUBLICOU

LIBERDADE

A gaivota da liberdade,
das asas de vento a voar!
Andam à solta os milhafres
para essa gaivota apanhar.

Com as garras da traição
não desistem de a agarrar
essa ave da revolução
que o 25 de Abril, fez voar!

Ela agora voa, voa!
por entre a reacção
com cravos vermelhos foi solta
já não quer mais prisão.

Neste cantinho tão lindo!!!
que é o nosso Portugal!
Construirá o seu ninho,
e ninguém lhe fará mal!

Porque será protegida,
para bem deste cantinho,
saudando, sempre unida!
A quem lhe abriu o caminho

Os heróis das forças armadas
com risco da própria vida,
que numa histórica madrugada!
Liberdade! Liberdade! anda cá,
estavas perdida!

E foi assim, posta a voar
essa preciosa gaivota,
para ninguém mais a apanhar
porque ela é toda nossa!

MARIA DOS SANTOS AMORES PEDRO
in «Elo» n.º 16 — Agosto 1975

MORTE LENTA

Cruzando o azul do céu
desafiando a lei da gravidade
um avião
que traz no seu bojo
um objecto
chamado «arma limpa»
— a bomba de neutrões

Atenção habitantes!
Não vos assusteis,
ainda têm
dois dias

talvez três
de vida
de vida-morta,
mas,
nada de preocupações

Os museus
as estátuas
as casas
continuarão
inteiras
de pé.

E o vil objecto
frio

cínico
cruel
igual aos seus criadores
começa a sua missão —
Matar.

Matar mas lentamente
agonizantemente
não destruindo
nem casas
nem palácios
nem estátuas
apenas homens.

Quem és tu bomba de neutrões?
De onde vens?
Quem te inventou?
Com que fim?

(DIREITOS DO HOMEM!?...
NÃO ME FAÇAM RIR)

VICTOR SENGO

in «Elo» n.º 55 — Dezembro 1977

CRAVOS DE ABRIL

Branda manhã de Abril,
com auras de ilusão
e um sonho generoso
a palpitar
no coração
de jovens capitães
valente e ansioso.
Um sonho de libertar
um povo escravizado à tirania
dos poderosos
que só lhe permitia
gemer e trabalhar,
morrer e matar
numa guerra de opressão
que em nada era sua.
E o sonho em floração
saiu à rua,
cercou a cidade oprimida,
que dormia
e num brado de vitória
e de alegria
restituiu a liberdade
ao povo sequioso
de ser livre,
que em delírio se irmanou,
inebriado,
com cada soldado
vitorioso.
Quando o sol resplandeceu
cada um, maravilhado,
surpreendeu
na boca de cada arma
um cravo encarnado.

Cravo de sonho e perfume,
que foi esperança e foi lume
na alma dos portugueses,
um grito de confiança
diferente de outras vezes,
que entre canções de vitória,
de ilusão e de esperança
permaneceu e ficou.

Depois foi-se desfolhando,
sonho a sonho,
esperança a esperança,
até ficar como imagem
de inalcançada glória,
de uma luta desmedida
pela justiça — miragem
que há-de validar a vida,
de um sonho mais que murchou
entre clarões de verdade

Hino heróico que souu
em estrofes de liberdade
forte arroubo de coragem,
de Paz e Fraternidade.

Tudo isto era o lindo cravo
do Vinte e Cinco de Abril
da Revolução das Flores,
que deu liberdade ao escravo
e foi adejo gentil
sobre lágrimas e dores.

Cravo lindo, sonho lindo,
meu beijo do céu caindo
nos prantos do meu país
como estrela transitória,
tu me fizeste feliz
até ficares a esfolhar-te
— poema de Luta e Arte —
entre as páginas da história.

Mas eu creio em ti e creio
no povo trabalhador,
que em luta vai refazer-te,
na luta vai libertar-te,
vai continuar a erguer-te
no seu braço lutador
aos cumulos da vitória,
com facho vai levar-te
vermelho, por toda a parte,
fazendo uma história nova,
que há-de ser a sua História!

ALSÁCIA F. MACHADO

in «Elo» n.º 60 — Maio 1978

TAL COMO ÉS

Como uma sombra, uma miragem,
Tal como o vento, uma aragem,
Fugaz como o pensamento,
Como um gemido, um lamento,
Como o mar revolto, sem marés:
Deixa-me amar-te, tal como és.

Como o trovão que ressoa,
Ou como a nuvem que voa,
Ou do sol, ignea centelha,
Como a lua, cor vermelha,
Aqui me tens, eis-me a teus pés,
Deixa-me amar-te tal como és.

Não temo os teus medos, tens anseios,
Tu és alguém, esquece teus receios.
Olha, encara o mundo frente a frente,
Mostra que são todos, igualmente,
Filhos do mesmo barro do mesmo pó.
Luta! Estou contigo, não estás só!

És alguém, tal como és!
Deixa-me amar-te, mesmo a teus pés.

ANA DE CARVALHO
in «Elo» n.º 46 — Março 1977

RÉTALHOS DE SOLIDÃO

Há quanto tempo?
Talvez o tempo nem tenha sido assim
Estou contigo! [tanto?!]
Mas com quem?
Estou só. Vivo só. Sem solidão,
Sem tristeza!
Sinto em mim uma ternura doce;
Suave; Suave como a noite!
Vem devagar amor!
Vem devagarinho, mas vem!
Sinto-te muito perto, ainda mais perto;
Sinto-te a meio do quarto!
Aí na penumbra, olhando a cama?!
Esta cama de Princesa...
Onde estou ficando aos poucos,
Pois ainda há muito para esperar
Sem tempo para esquecer... [e recordar,
As tuas palavras, o teu olhar triste,
Teus gestos calmos, tais como o acender
[de um cigarro.
Tuas mãos belas e trigueiras,
Teu corpo queimado, que parece cheirar
Teus beijos sedentos de amor [a Sol?!
Teu amor doce e calmo.
Arrabal de beleza!
Um hino à vida...
Vem. Vem devagar, Devagarinho.
Mas Vem!

M. OCTAVIA REIS

QUEM NADA TEM

Quem nada tem neste mundo
leva a vida amargurada
enquanto os que têm muito
a levam tão regalada.

Os pobres, os que trabalham
que lutam pelo seu pão
com frio, mal se agasalham,
e, a sua mesa é o chão.

Há uma sombra de tristeza
no olhar d'uma criança
por ver que na sua mesa
nunca se viu abastança.

Quem tem fome e quer viver
sofre na vida amargura
porque não ter que comer
é uma cruel desventura

Se os que têm a mesa farta
às vezes pensassem bem
que estão a comer a parte
daqueles que nada têm

ISOLINA ALVES

in «Elo» n.º 58 — Março 1978

PARA TI MULHER

Para ti mulher
Que nunca foste menina.
Que,
Enquanto devias brincar
Com as bonecas,
Frequentares a escola,
Já caminhavas
Pelos campos
Atravessando ribeiros
Expondo-te a inúmeros perigos
Para guardares o rebanho.

Para ti mulher
Que ainda criança
Tiveste que sair do lar
Para seres criada de servir

Para ti mulher
Que acarretando lenha
Às tuas tão cansadas costas
Nunca te ouviram um ai

Para ti mulher
Que passas longas noites
À cabeceira de teus filhos
Enquanto a febre não passa

Para ti mulher
Que antes do sol nascer
Já trabalhas
Agarrada à tua enxada

Para ti mulher
Que mais automatizada
Que as máquinas
Vais dando vida
Aos produtos da fábrica

Para ti mulher
Que depois dum dia
De intenso trabalho
Tens que fazer
A lida da casa.

Para ti mulher
Que nunca abandonaste
A luta
Que nunca te viram recuar

Para ti mulher
Que rompestes as correntes
Que te oprimiam

Para ti mulher
Que permites a maravilha
D'um novo ser nascer

Para ti mulher
Que do teu sofrimento
Do teu trabalho
Os poetas vêem poesia

Para ti mulher
Que disseste — NÃO!
Que disseste — BASTA!

Para ti mulher
Que lutaste
Para deixares de ser objecto
E passaste a ser mulher.
VICTOR SENGO
in «Elo» n.º 46 — Março 1977

UMA RAZÃO

Descobrir é caminhar
com a alma cheia de cantigas.

Vida de tantas vidas
por entre o silêncio
e a madrugada...

Por entre a chuva e o vento
procurando algures no tempo
uma razão para viver.

Razão para renovar
onde amar não têm sentido.

Onde os homens não sentem
uma flor pela manhã
no sol de todos os dias.

VITOR LUIS GRILLO

in «Elo» n.º 54 — Novembro 1977

ASSEMBLEIAS GERAIS DE ZONA

ZONA NORTE

A Direcção da Zona Norte orientou a sua actuação no sentido de, garantindo uma maior eficácia e qualidade por parte dos serviços, ampliar o campo da influência destes, já que, por falta de definição de uma política objectiva por parte do Secretariado Nacional, e devido ao atraso verificado na distribuído orçamental, não foi possível efectivar as realizações e a expansão pre-

vistas no programa de acção estabelecido no início do ano por esta Direcção.

Todavia e embora o Secretariado Nacional só perto do fim do ano tenha deliberado sobre a distribuição do orçamento, não pode a Direcção da Zona Norte deixar de reconhecer que o maior esforço deverá ser feito no ano de 1979 de modo a permitir uma gestão mais equilibrada em certos sectores.

DELEGAÇÃO DO PORTO

A — SECRETARIA
1 — Durante o ano de 1978 a Secretaria funcionou com três trabalhadores, tendo a actividade deste sector incidido sobre o seguinte:

— Atendimento, quer de assuntos da própria secção, quer de encaminhamento para outras secções.

— Recepção, registo, distribuição, compilação, despacho e envio de correspondência.

— Inscrição de novos sócios.

— Ficheiro e arquivo.

— Análise e tratamento da situação processual; exposições, revisões e reaberturas de processos, actualização de pensões, resolução de processos pendentes, pensões de preço de sangue.

— Cartões; sócios, reformados, DFAs, entrada na M. M. e outros.

— Dactilografia.

Como complemento do trabalho desenvolvido na delegação, foram efectuados contactos exteriores com entidades, contactos estes necessários ao processamento normal das actividades da Secretaria.

2 — Verificou-se ao longo do ano o seguinte movimento:

— Correspondência: recebida, 2.523; idem: expedida, 5.677.

— Sócios inscritos: 227.

— Tratamento da situação processual — Requerimentos: Nova J. H. I., 75; Reaberturas de processos, 91; Revisões de processos, 30; Pensões de preço de sangue, 11; Pagamento da P. P. I., 22; Resolução de processos pendentes, 77; Suspensão de pagamento de P. P. I., 22.

— Pedidos de cartões, 120.

B — REABILITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL

1 — Reintegração sócio-profissional.

Após a organização e estruturação do serviço, através da elaboração de ficheiros e arquivos dos processos, procedeu-se, já no final do ano de 1978, à elaboração de mapas estatísticos, com vista a um melhor redimensionamento do serviço.

Devido à quase ausência de dados estatísticos em anos anteriores, entendeu-se fazer agora, não um relatório da actividade desenvolvida ao longo do ano de 1978, mas o ponto da situação relativo a 31 de Dezembro de 1978 neste serviço.

Dos 345 processos existentes em 31 de Dezembro, 286 são de Deficientes que pretendiam colocação, 16 de viúvas ou esposas de associados e 43 pedidos de novas colocações, em virtude das actuais serem incompatíveis e com as deficiências.

Dos 286 Deficientes inscritos para colocação, estão já colocados 81; das 16 viúvas ou esposas inscritas para colocação, estão já colocadas 5; desconhece-se, por falta de elementos, o número de novas colocações conseguidas.

O mapa apresentado foi elaborado por distritos, cons-

tatando-se a grande dificuldade de reintegração sócio-profissional existente na região de Trás-os-Montes, por falta de actividades industriais naquela zona. Por outro lado nota-se uma maior falta de qualificação profissional nos desempregados daquela região.

O sistema de trabalho utilizado neste serviço constou de instrução dos interessados aquando da sua inscrição, com vista à procura de possíveis locais de trabalho, comunicando-os de imediato a este serviço, que encetava as devidas diligências. Neste domínio, para além de inúmeros contactos por escrito ou telefone, foram ainda feitos 21 contactos pessoais com as secções de pessoal de diversas entidades estatais e privadas.

Sempre que este serviço tinha conhecimento de qualquer vaga existente, comunicava-o de imediato aos possíveis interessados, fazendo desde logo as diligências necessárias, pessoalmente sempre que possível, tendentes, não só a conseguir-se a colocação em vista, mas futuras colocações.

2 — Reabilitação e valorização profissional.

Sendo a reabilitação e a valorização profissional dos Deficientes uma das preocupações da ADFA, procurou-se, não só incrementar a aprendizagem de novas profissões mais compatíveis com as respectivas deficiências, mas também proceder ao aumento de conhecimentos e consequente nível técnico dos trabalhadores.

No que diz respeito à reabilitação profissional, foram admitidos nesta ADFA-Porto dois novos aprendizes de novas profissões, um na Oficina de Próteses e outro na Oficina de Marconaria, dando-se assim a possibilidade a dois Deficientes de se iniciarem na aprendizagem de profissões mais compatíveis com as suas deficiências.

Integrado na valorização profissional, realizou-se nesta ADFA-Porto, de 13 a 18 de Março, mais um curso intensivo sobre próteses para membros inferiores, com a presença de dois técnicos de próteses alemães, da firma Otto Bock e com a colaboração do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão.

Como objectivo, visou-se a melhoria do nível técnico dos trabalhadores daquela oficina, através da aprendizagem de novas técnicas de moldagem de cotos para amputação abaixo do joelho e de articulação da anca, bem como a técnica de execução de próteses para amputações parciais da mão. O curso revestiu-se de aspectos teóricos e práticos, tendo sido realizadas 8 próteses para aplicação dos conhecimentos obtidos.

Ao longo da actividade desenvolvida pela Oficina de Próteses, verificou-se que muitos dos amputados não faziam total aproveitamento das suas próteses, devido à falta de preparação fisioterápica antes e após a aplicação

das mesmas. Por isso viu-se esta ADFA-Porto na necessidade de dotar um seu funcionário de conhecimentos nesse domínio, pelo que, após diligências efectuadas junto do Estado Maior do Exército, foi conseguido um estágio no Hospital Militar de Hamburgo, República Federal Alemã, o que possibilitou a valorização profissional de um trabalhador no campo da recuperação funcional.

Este estágio efectuou-se de 23 de Março a 1 de Maio, tendo sido extremamente proveitoso, não só pelos contactos estabelecidos com os diferentes tipos de amputações, como pelos conhecimentos que possibilitou no campo da reabilitação: ginástica de recuperação funcional, antes da aplicação da prótese, com vista ao completo desenvolvimento de todas as massas musculares; treino de marcha e correcção de próteses, tendo em vista uma perfeita adaptação; terapêutica ocupacional, por forma a que o amputado proceda a uma correcta e completa utilização da prótese.

Ainda no campo da valorização profissional, deslocou-se ao Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, um técnico de próteses desta ADFA-Porto, a fim de frequentar um estágio de próteses para membros superiores, estágio este que decorreu de 2 a 29 de Julho.

3 — Dinamização.
O campo da dinamização continuou a merecer, por parte desta Delegação, um interesse muito particular, embora se tivesse mantido a política realizada em anos transactos, aguardando, como noutros sectores, a definição duma política nacional, que possa actuar com êxito junto dos associados e das populações em geral.

Reuniões: Ao longo do ano de 1978, continuaram a realizar-se as reuniões periódicas, no primeiro sábado de cada mês, que, para além do convívio que proporciona aos associados desta Zona, os mantém informados sobre a problemática do Deficiente e aspectos da vida associativa. Nestas reuniões, os associados têm oportunidade de se esclarecerem sobre as questões mais diversas, para além de contribuírem com as suas críticas e opiniões para uma maior dinâmica e eficiência dos serviços na resolução dos problemas de todos aqueles que se deficientaram durante a prestação do serviço militar.

Festas: Para além da participação desta Delegação nas comemorações nacionais do quarto aniversário da ADFA, foi ainda comemorado o quarto aniversário desta Delegação, que ocorreu no dia 7 de Dezembro.

Tal como em anos anteriores, e integrada nas comemorações do aniversário da Delegação, foi levada a cabo a Festa de Natal, realizada no dia 9 de Dezembro. Esta Festa, que servindo de convívio a todos os associados desta Zona, se destinou sobretudo aos seus filhos e familiares, contou com a presença de cerca de um milhar de pessoas. Sendo uma festa destinada às crianças, entendeu-se fazê-las participar activamente na mesma, tendo constado sobretudo de números infantis. No final, foram distribuídas lembranças às crianças presentes. De salientar que, de ano para ano, tem vindo a aumentar o interesse dos associados por esta festa.

Desporto: Durante o ano de 1978, a equipa de futebol de salão desta Delegação participou em vários torneios, nomeadamente nas comemora-

ções do aniversário da ADFA, em Lisboa, comemorações do aniversário da Delegação, no Porto, torneios do Canidelo e Póvoa de Varzim. Em todos eles teve uma actuação meritória, pelo que juntou mais alguns troféus aos já existentes.

Embora se tenham feito contactos com a Delegação do Porto da Direcção Geral de Desportos, não foi possível ainda neste ano, dar início a outras modalidades desportivas próprias para deficientes, devido à falta de meios técnicos e de apoio financeiro.

4 — Educação e Cultura

Ao longo do ano de 1978, verificou-se uma quase total ausência de actividade neste sector, em virtude da falta de definição de uma política nacional de educação, na qual se enquadram os programas de actuação de cada Zona.

Devido à falta de verbas e de instalações capazes, não foi ainda possível a criação da biblioteca desde há muito planeada.

5 — Assistência Social

Embora toda a actividade da Delegação assumia um carácter eminentemente social, não pode deixar de ser feita uma referência ao tratamento que mereceram as várias solicitações de associados nos mais diversos campos. Assim, foi prestada colaboração na aquisição de habitação própria e em concursos para habitação social, aquisição de veículos próprios, quer automóveis, quer cadeiras de rodas, aquisição de material destinado aos deficientes visuais e outras. Foi ainda prestada assistência social aos deficientes internados em casas hospitalares e respectivas famílias. De salientar ainda a grande procura destes serviços, por parte de deficientes civis, que, não encontrando na área estruturas próprias capazes, nos procuram, solicitando auxílio na resolução dos seus problemas. A todos eles tem sido prestada toda a colaboração, dentro do possível, destes serviços.

6 — Documentação associativa

Durante o ano de 1978 foram compiladas, e arquivadas todas as notícias inerentes à problemática associativa, com expressa relevância para a situação pontual e global dos Deficientes, referenciada em artigos publicados na imprensa diária.

Abrem-se assim, para esta Delegação, perspectivas para futuras análises que possibilitem a consequente elaboração de propostas a apresentar às entidades competentes.

7 — Associações Congéneras

Embora o ano de 1978 tivesse sido frutuoso em contactos havidos com outras associações congéneras, não foi, todavia, como seria de desejar em termos de soluções exigidas pela problemática dos Deficientes, nem efectivamente se apresentaram programas concretos de acção a médio ou a longo prazo.

Entretanto, a fim de dar cumprimento à Lei n.º 79/77,

tornou-se necessário eleger um representante das Associações de Deficientes Físicos e Mentais no Conselho Municipal do Porto, pelo que as Associações existentes nesta Zona, nomeadamente, Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, Associações dos Cegos do Norte de Portugal, Associação Portuguesa de Pais e Amigos da Criança Diminuída Mental, Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual, Associação dos Deficientes das Forças Armadas, reunidas em 5 de Abril de 1978, deliberaram escolher e propor para aquele cargo, um elemento desta Delegação.

Para um bom desempenho da missão, foram efectuadas várias reuniões com as asso-

ciações congéneras, com vista à escolha de elementos, que possibilitassem a elaboração de propostas a apresentar no referido órgão autárquico.

8 — Serviço de Legislação

O serviço de legislação, criado com a finalidade de apoiar e enquadrar no contexto legal a actividade da Delegação, servindo ao mesmo tempo para informar e orientar os associados na resolução dos problemas que envolvessem matéria legal, compilou, estudou e analisou a documentação a que teve acesso ao longo do ano, inerente à problemática dos Deficientes.

A sua actividade pode sintetizar-se no seguinte:

— Atendeu a todas as solicitações que lhe foram feitas, quer pessoalmente, quer por escrito, sobre matéria diversa, designadamente, transportes, habitação, direitos e deveres dos Deficientes, isenções fiscais, etc.

— Prestou informação jurídica através do fornecimento de elementos e documentação legal, aos diferentes serviços da Delegação. Refira-se neste capítulo, que em relação à colaboração com as restantes Delegações da Zona, não foi conseguida a interligação que seria de desejar.

— Sublinha-se a prestação de um elevado número de informações legislativas, a Deficientes não militares, que procuraram este serviço, por não encontrarem na Zona organizações capazes de dar resposta aos seus problemas.

Relativamente à reformulação de diplomas legais em vigor, este serviço desenvolveu a seguinte actividade:

— Elaborou no mês de Janeiro, um parecer sobre um Projecto de alteração a legislação de Pensões de Preço de Sangue, tendo sido salvaguardadas situações que se consideram de flagrante injustiça social.

— Deu conhecimento, no mês de Junho, a uma exposição elaborada pela Secretaria, dirigida ao Delegado da ADFA na C. M. R. A., em que se pretendia obter por parte do M. D. N. assistência médica e medicamentosa para os tuberculosos das Forças Armadas, que não usufruem de qualquer pensão de invalidez.

— Elaborou durante o mês de Julho uma proposta de análise e parecer sobre o Projecto de alteração ao Dec.-Lei n.º 43/76 de 20 de Janeiro, apresentado pelo M. D. N. Neste parecer foi expressa a necessidade de serem eliminadas as disparidades de ordem legislativa existentes entre os diferentes tipos de deficientes militares, que conduzem à discriminação sócio-económica entre os mesmos.

— Sugeriu no mês de Março à Direcção Central que levasse a cabo diligências junto da Manutenção Militar, no sentido de ser encontrada uma nova orgânica na distribuição das senhas de abastecimento de gasolina, que permitisse o acesso às mesmas dos D. F. A. que residem a longas distâncias das unidades militares.

— No mês de Dezembro, alertou a Direcção Central para a necessidade de um contacto junto do Gabinete de Estudos e Opiniões recentemente criada, face ao papel importante que o mesmo pode vir a desempenhar na problemática da sensibilização e consciencialização da opinião pública, relativa aos Deficientes.

— No mês de Dezembro, foram efectuadas diligências junto da Caixa Nacional de Pensões, no sentido desta entidade informar as diferentes instituições de Previdência, da compatibilidade de acumulação assistencial a todos os níveis de segurança social, com o regime especial que assiste aos Deficientes das Forças

Armadas, subscritores beneficiários das Casas do Povo e Caixas de Previdência.

Este serviço acolheu ao longo do ano, as muitas solicitações dos associados cujos acidentes ou doenças foram considerados em «serviço», expressando a necessidade e justiça de lhes ser concedida a redução nos transportes ferroviários.

Paralelamente à compilação habitual da legislação promulgada em Diário da República, foi iniciada a compilação de legislação relativa a Deficientes Militares, publicada desde 1900.

Pretende-se proceder à análise da referida legislação, com vista à obtenção de estudos que sirvam de fundamento a futuras propostas de alteração legislativa, assim como textos sobre a matéria.

9 — Assistência jurídica no Campo do Trabalho.

Este tipo de assistência, enquadrada no serviço de legislação, merece ser referida pelo alcance social de que se reveste, sendo de salientar neste capítulo, o seguinte:

As diligências efectuadas junto da Câmara Municipal de Barcelos e da C. M. R. A., com vista ao esclarecimento de dúvidas levantadas na promoção à categoria profissional imediata, de um Deficiente das Forças Armadas.

As diligências efectuadas junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, C. M. R. A. e Ministério da Administração Interna e do Trabalho, no sentido da readmissão de um Deficiente das Forças Armadas naqueles serviços camarários após o cumprimento do Serviço Militar.

Os contactos efectuados com o Q. G./R. M. N., Tribunal Judicial do Marco de Canaveses, Juiz de Direito do Tribunal de Execução de Penas, com vista à reabilitação judicial de um deficiente das Forças Armadas, no sentido de o mesmo poder ingressar no quadro do funcionalismo público.

O encaminhamento da tramitação exigida por lei, em cinco casos de despedimento de associados, tendo sido para efeito contactadas entre outras, as seguintes entidades: Ministério do Trabalho do Porto, Inspeccção Geral do Trabalho de Vila Real, Comissões de Conciliação e Julgamento do Porto, Sindicatos e entidades patronais.

O tratamento legal dado a doze casos de índole diversa, que exigiram múltiplas diligências com entidades diversas.

Em todos os casos referidos foi necessário efectuar elevado número de contactos externos.

10 — Jornal «Elo».

Reflectindo o Jornal «Elo» os ideais, objectivos e dinâmica da Associação, mereceu por isso um especial cuidado, já que se pretende que seja um órgão de perfeita e permanente informação dos seus associados.

Procurou-se incrementar o interesse dos associados, não só pela temática reabilitacional e reintegracional do Deficiente, como também pela vida associativa, através da criação de uma página com informações da Zona Norte.

Tal facto suscitou, desde logo, o interesse de alguns sócios, que prestaram a sua colaboração, quer na Pagina Cultural, quer na elaboração de textos, perfazendo um total de 33 artigos enviados por esta Delegação ao Corpo Redactorial do «Elo».

O interesse pelo Jornal ficou demonstrado através da preocupação constante dos associados na sua recepção, comunicando a estes serviços um total de 69 anomalias na recepção de 67 mudancas de residência, que foram enviadas ao serviço de Ficheiro, cintagem e envio do Jornal «Elo», em devido tempo.

11 — Apoio aos Órgãos Sociais da Zona.

Tendo sido 1978, particular-

mente, um ano de grande actividade no domínio de propostas, deliberações e contactos, prestou este serviço todo o apoio aos órgãos sociais da Zona, pelo que elaborou, transcreveu e expediu toda a correspondência inerente aos mesmos, além de tarefas específicas de secretariado da Direcção da Zona Norte.

C — SECÇÃO DE PESSOAL

Tal como no ano anterior, esta secção funcionou adstrita à Secção de Reabilitação e Reintegração Social.

Toda a actividade deste serviço se orientou ao longo do ano, no sentido de coordenar a problemática inerente aos trabalhadores.

Foram elaborados mapas estatísticos mensais, indicadores dos vários dados necessários a uma boa gestão de pessoal e úteis na manutenção de uma política de trabalho que permita aos trabalhadores o conhecimento de todos os trabalhos desenvolvidos na Delegação e a tomada de consciência do valor das funções de cada um.

D — POSTO CLÍNICO

Integrado no campo da Reabilitação e Reintegração Social, o Posto Clínico funcionou, durante o ano de 1978, com um só trabalhador.

Verificada a necessidade da criação de uma assistência fisioterápica e de terapia ocupacional, como complemento da aplicação de próteses, deslocou-se à Alemanha o trabalhador deste serviço, onde permaneceu cerca de um mês e onde tomou conhecimento de técnicas naquele domínio. Posteriormente este trabalhador acompanhou fundamentalmente os serviços prestados na Oficina de Próteses no campo da fisioterapia e terapia ocupacional, sendo os dados relativos à assistência prestada pelo Posto Clínico, os seguintes:

Consultas no P. C.	305
Consultas Externas	22
Visitas ao domicílio	7
Curativos	623
Injecções	259
Fisioterapia	157

Medicamentos fornecidos (valor) 93.097\$00

E — CONTABILIDADE

Funcionando o serviço de Contabilidade e Tesouraria com um trabalhador na parte de Contabilidade e outro na parte de Tesouraria, procurou aprofundar, durante o ano de 1978, com estudos a actividade económica e financeira dos diversos sectores da Delegação, para além do exercício normal das actividades rotineiras inerentes.

Foi preocupação deste serviço, enquadrar a contabilidade no Plano Oficial e redobrar as atenções no que diz respeito aos sectores produtivos da Delegação.

F—OFICINA DE PRÓTESES

1 — Pessoal.

Pôde, durante o ano de 1978, contar esta Oficina com o trabalho de quatro técnicos, (todos formados ou treinados pelo Fundo de Reabilitação, sendo três especializados em próteses e dois em ortóteses) e um ajudante, com cujo serviço passámos a contar a partir de Junho.

2 — Produção

A constância e estabilidade verificada ao longo deste ano no campo de pessoal, permitiram-nos ultrapassar o volume de próteses executadas no ano anterior, tendo sido a seguinte a nossa produção:

Ortóteses:	
Para Deficientes Militares	5
Para Deficientes não Militares	41
Novas	41
Consertos	2
TOTAL	48

Próteses:

Para Deficientes Militares	
Novas	69
Consertos	32

Para Deficientes não militares	
Novas	46
Consertos	20
TOTAL	167

Destes resultados se pode inferir claramente as seguintes conclusões:

a) Extraordinário incremento do número de ortóteses feitas em relação ao ano transacto (Total 3), devidas essencialmente à especialização de um técnico no Brasil, com bolsa do F. M. R. e a colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian.

b) Incremento da produção da ordem dos 25% no que respeita a próteses executadas.

c) Quer em próteses, quer em ortóteses, extraordinário aumento percentual do número de deficientes não militares que procuraram as nossas oficinas, confiantes na honestidade do nosso trabalho. Assim:

— Em ortóteses, num total de 3 — 30% (1) foram para deficientes não militares em 1977, este ano, num total de 48 ortóteses, 89% (43) foram destinadas a civis.

— Em próteses: 1977 — total de 132, Deficientes não militares 32 — 24%.

1978 — total de 167 Deficientes não militares 66 — 40%.

No capítulo do aperfeiçoamento, quer técnico, quer de serviços, podemos salientar que no ano de 1978, foram conseguidos alguns resultados, nomeadamente:

— Realização de mais um curso para técnicos de próteses, dado por técnicos da firma Alemã Otto Bock que, na semana que foi de 13 a 18 de Março, executou e ministrou conhecimentos relativos aos seguintes tipos de próteses:

Desarticulação da anca (1); desarticulação da anca bilateral congénita (2); amputações parciais da mão (2); amputações abaixo do joelho por um novo método de contacto total e de suspensão supra-condiliana (3).

Tal como no ano passado, este curso teve a colaboração do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, que enviou o seu técnico-encarregado durante a semana do curso.

Ainda no campo do aperfeiçoamento técnico, e em prosseguimento do intercâmbio existente entre a ADFA e o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, tivemos a presença de um nosso técnico durante o mês de Agosto, nas Oficinas daquele Centro, num estágio que visou o seu aperfeiçoamento na construção de próteses de membros superiores. Já se conseguiu também a necessária autorização para o estágio no referido Centro, do nosso técnico especializado em ortóteses, que aí se deslocará tão logo seja possível.

Prosseguindo na política de bem servir os Deficientes, cremos não ser completo um serviço de próteses e ortóteses que não tenha como corolário um serviço de terapia a complementar-lo. Nesse sentido, foi, durante este ano, equipadado minimamente um ginásio, onde trabalham uma fisioterapeuta e uma terapeuta ocupacional, no que são supervisionados por um médico fisiatra, que, graciosamente, nos dá a sua colaboração. Neste campo, foram já assistidos este ano vários deficientes, todos não militares.

— No aspecto da descoberta de novas matérias primas e novos processos de trabalho, foram desenvolvidas e adaptadas novas ferramentas para o trabalho específico de próteses que muito tem contribuído para uma maior racionalidade e rapidez na execução.

Quanto a matérias primas, foram introduzidas em Portugal, com a colaboração de diversos laboratórios, de produtos químicos, uma laca especial para isolamento de próteses, uma substância que permite duplicar encaixes de próteses com toda a exactidão dos seus contornos e dimen-

sões e ainda um elastómetro anti-alérgico extremamente útil na execução de algumas próteses.

No domínio da investigação, a nossa atenção neste ano, voltou-se essencialmente para o campo mio-eléctrico. Neste sentido, foram desenvolvidas várias criações nossas, que apresentam sensíveis melhorias técnicas em relação aos artigos do mesmo género existentes no mercado, todos provenientes do estrangeiro.

Tal facto, além de possibilitar valiosa retenção de divisas, transmite-nos a certeza de, a médio prazo termos uma prótese mio-eléctrica inteiramente portuguesa.

G — OFICINA DE MARCENARIA

- 1 — Pessoal
- 2 — Produção

1 — Pessoal

Contando a Oficina com dois trabalhadores especializados devido à natureza não concorrencial do trabalho executado e ao aumento do volume de encomendas que se vinha a registar no fim do ano anterior sentiu-se necessidade de aumentar o quadro de pessoal de modo a permitir um aumento de dimensão do serviço.

Assim foi contactado em Setembro um trabalhador, que não sendo especializado, veio a adquirir conhecimento da profissão.

2 — Produção

Realizando durante o período 245 obras, a que correspondeu a receita aproximada de 660.000\$00, a Oficina executou obras para a ADFA no valor de 58.000\$00.

O stock final de materiais cifrou-se em 34.000\$00, existindo em curso de fabrico, obras no valor de 127.000\$00, valor este já integrado na receita total.

Foram ainda executadas neste ano, obras de melhoria das instalações da Oficina de Marcenaria, de modo a permitir melhores condições de trabalho.

Pelos valores apresentados se verifica que foi ultrapassada a previsão de receita (500.000\$00) e que o volume de produção aumentou em cerca de 20% em relação a 1977.

H — CANTINA

Actividades eminentemente de carácter social, uma vez que serviram de apoio aos associados que passaram pela delegação ao longo do ano, quer para tratar de assuntos relacionados com os seus acidentes quer para procederem a aplicação de próteses e ortóteses, ou então, passarem uns momentos de convívio e sa camaradagem, tiveram por isso de ser apoiadas.

É no entanto de referenciar o volume de vendas do Bar que ultrapassou os 400.000\$00 assim como o número de refeições servidas pela Cantina que se cifrou em 4520 (3290 a Sócios e 1222 a não Sócios).

J — SEGUROS

No intuito de se incrementarem receitas, possibilitar postos de trabalho a Deficientes e fornecer mais um serviço aos associados, foi criado, em Janeiro de 1978, um gabinete de Seguros a trabalhar com o Grupo Segurador M. S. A.

Sem acarretar com grandes encargos para a Delegação, visto não só contar com um trabalhador já pertencente aos quadros de pessoal, como aproveitar as estruturas existentes e ter a assistência directa do Grupo Segurador este serviço realizou 98 seguros, que forneceram receitas no valor de 31.232\$40.

DELEGAÇÃO DE FAMILIÇÃO

Continuando a funcionar como um serviço de apoio aos Deficientes do Distrito de Bra-

ga, esta Delegação foi ao longo do ano melhorando a organização do seu serviço.

Funcionando com 2 trabalhadores, não conseguiu no entanto uma maior expansão devido, não só à exiguidade das suas instalações, como também ao facto de, até ao momento, o Secretariado Nacional não ter ainda definido uma política de Delegações.

DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA

A semelhança do verificado no ano de 1977, continuou es-

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ZONA NORTE

Nos termos da alínea d) do Art.º 46 dos Estatutos, vimos apresentar-vos o parecer deste Conselho Fiscal da Zona Norte sobre o Relatório de Acti-

vidades, Balanço e Contas da Direcção da Zona Norte, referentes ao ano de 1978.

Da análise feita às diversas actividades desta Delegação,

Deve realçar-se que o facto de a D não dispor de verbas próprias para as funções inerentes conforme o disposto no Art.º 44.º e suas alíneas, dos Estatutos, dificilmente as porá em prática se antes não for cumprido o que estabelece o Art.º 43.º dos mesmos Estatutos. A falta de uma viatura própria, as mutações ocorridas no elenco da DZ desde a sua eleição em 18. JUN.77, os condicionamentos desfavoráveis da situação geográfica bem como a preocupação da DZ, na qualidade de Direcção da Delegação de Viseu, em solidificar e desenvolver, os serviços da mesma, quase absorvia continuamente a atenção da DZ e as colocações dos seus elementos com assento no Secretariado Nacional e reuniões com a Direcção Central também deve ser levado em consideração.

Parece-nos, no entanto, que alguns elementos deram o melhor de si e fizeram o que melhor souberam e puderam. Há muito mais a fazer e algumas coisas a mudar e estamos certos que as condições necessárias começam a desenharem-se no horizonte.

De realçar o esforço desenvolvido, na Delegação de Viseu com consequente melhoria e valorização do pessoal. A mudança de instalações verificada no ano de 1977 proporcionou aos trabalhadores, o exercício das suas funções em condições mais dignas e consequentemente maior rapidez e eficiência no tratamento dos assuntos e melhor organização técnica dos seus serviços. De realçar também o esforço e dedicação do Garrido, elemento da Direcção de Castelo Branco, na manutenção do funcionamento dessa Delegação, embora de certo modo, com sensível desorganização. Haverá razões a invocar, mas parecem-nos, que os restantes elementos da Direcção devem prestar maior colaboração, bem como o orçamento terá que ser dilatado e que permita a contratação de um trabalhador eventual em pe-

riodos alternados. De realçar ainda a vontade com que alguns elementos da Delegação de Coimbra estão tentando resolver os problemas surgidos naquela Delegação e que embora um pouco desaparelhados, começam a vislumbrar-se alguns resultados positivos. A Direcção de Zona consciente das suas responsabilidades tentou contribuir para a solução de alguns problemas locais, principalmente após a decisão do Secretariado Nacional de 14. OUT. 78, assegurando o funcionamento parcial da Delegação com o apoio de trabalhadores da mesma. Mas cedo se verificou ser inviável continuar dado a precária situação financeira da Delegação de Viseu, que suportava as despesas com a estadia dos elementos da DZ, e o SN tardava a reunir quorum que lhe permitisse deliberar sobre o assunto. De salientar a participação dos elementos da Zona que, na qualidade de membros do SN, em várias reuniões desse órgão participaram e a participação da DZ na reunião inter-órgãos sociais, e diversas reuniões com a DC em Lisboa e Viseu para além de contactos individuais com elementos de órgãos sociais de outras zonas.

A seguir apresentam-se os dados estatísticos referentes à Zona Centro:

Ofícios expedidos, 5595; Inscrições de sócios, 102; Requerimentos p. P. P. S., 29; Cartões de DFA e serv., 150; Correspondência recebida, 3494; Requerimentos para revisão de p.º, e nova JHI, 207; Req. e exp. diversas, 38; Inscrições nos SSSA, 141.

Os restantes dados podem ser consultados nos relatórios anexos.

A nível externo, o relatório de actividades da Delegação de Viseu, em anexo, servirá para demonstrar os contactos da DZ dado que na maior parte fê-los nessa qualidade. Os relatórios de Coimbra e Castelo Branco produzem o mesmo efeito em relação a contactos locais.

ZONA CENTRO

Actividades Internas e Externas

Deve realçar-se que o facto de a D não dispor de verbas próprias para as funções inerentes conforme o disposto no Art.º 44.º e suas alíneas, dos Estatutos, dificilmente as porá em prática se antes não for cumprido o que estabelece o Art.º 43.º dos mesmos Estatutos. A falta de uma viatura própria, as mutações ocorridas no elenco da DZ desde a sua eleição em 18. JUN.77, os condicionamentos desfavoráveis da situação geográfica bem como a preocupação da DZ, na qualidade de Direcção da Delegação de Viseu, em solidificar e desenvolver, os serviços da mesma, quase absorvia continuamente a atenção da DZ e as colocações dos seus elementos com assento no Secretariado Nacional e reuniões com a Direcção Central também deve ser levado em consideração.

DELEGAÇÃO DE VISEU

Introdução

O presente relatório de actividades, desenvolvidas durante o ano de 78, poderá não conter tudo aquilo que se fez nesta delegação nesse período, mas procurará apresentar aos associados uma imagem do trabalho desenvolvido.

O ano de 78 caracterizou-se pela organização a todos os níveis dos serviços da De-

ASSEMBLEIAS GERAIS DE ZONA

(Continuação da pág. anterior)

equipa mais coesa, participativa e responsável.

Durante o período em causa, procurou-se cumprir tudo aquilo que no programa apresentado aos sócios na candidatura desta Direcção se prometeu, o que, pensamos, terá-se verificado em grande parte.

Muito mais se poderia ter feito ou criado se não fossem as medidas de austeridade e uma certa falta de apoio técnico e financeiro por parte do SN e DC, demonstrando algum desconhecimento ou melhor, alheamento às realidades de cada Delegação e prioridade de dar-lhe para o seu desenvolvimento a curto e médio prazo.

A falta de verbas suficientes para a aquisição de mobiliário mais funcional, dimensionamento de alguns serviços, tais como dinamização, desporto, bar, cultura e recreio, foi a principal causa do emperramento de alguns sectores da Delegação, alguns até têm sido asfixiados. Verifica-se também que a não existência de uma viatura própria, contribuiu largamente no aparecimento de algumas anomalias e entravou decisivamente no desenvolvimento de alguns serviços e na ligação com os sócios com residências mais afastadas de Viseu.

Estamos certos que, a haver maior apoio técnico e financeiro por parte dos órgãos centrais, a Delegação de Viseu estaria ainda muito melhor e muita coisa de interesse para os sócios teria sido criada. Sabemos que há muito dinheiro, falta definir pelos órgãos centrais o que é a Delegação de Viseu, as suas potencialidades e realidades.

II

Actividades por Serviços Secretaria

Foi neste serviço que se centralizou a maior parte da actividade desta delegação, aliás o mesmo se tem verificado nos anos anteriores. A principal preocupação tem sido os interesses fundamentais dos sócios, ou seja, assegurar-lhes todos os direitos estabelecidos em legislação tendo em consideração ainda os prazos estabelecidos e que não perdoam deficiências de funcionamento dos serviços. Tem sido esse o principal objectivo, embora não descurando outras iniciativas, mas antes de festas e outras coisas há que resolver os problemas concretos dos deficientes. A secretaria, onde funciona também a Recepção, atendeu vários associados e não associados, encaminhando e recebeu milhares de correspondência diversa, inscreveu dezenas de novos sócios, elaborou dezenas de requerimentos, obteve dezenas de cartões DFA e de reformados em serviço, inscreveu dezenas de beneficiários nos SSFA, tratou de dezenas de processos para abono de família, subsídio de nascimento, por morte, pensões P. S. e mantém intensa troca de correspondências com os SSFA sobre assistência médica, internamento em hospitais, etc. Prestaram-se informações s/ empréstimos p/ habitação própria, aquisição de viatura através do art.º 15.º do Dec-Lei n.º 43/76, subsídio da Gulbenkian, oficina de prótese na Delegação do Porto com encaminhamento para aquele, de alguns casos, informações sobre os serviços centrais da ADFA, evolução de projectos de D. Leis, etc.

Correspondência expedida, 2903; Correspondência recebida, 1701; Inscrições de sócios, 31; Req. p. revisão proc., 22; Req. p. actual. pensão, 4; Cartões DFA, 29; Inscrições nos SSFA, 42; Subsídio de nascimento, 29; Atendimento de sócios p. dia 7, 10; Atendimento não sócios

p. ano, 50; Processos abertos, 69; Requerimentos p. nova JHI, 20; Requerimentos p. assist. m., 5; Requerimentos p. P. P. S., 7; Requerimentos diversos, 10; Cartões em serviço, 16; Abono de Família, 63; Subsid. de aleitação, 59.

Deve referir-se que o expediente da Secretaria é assegurado pelos 4 trabalhadores da Delegação, o que acontece com quase todos os restantes serviços e que as instalações, embora um pouco reduzidas, poderiam ter um melhor aproveitamento se o mobiliário existente fosse substituído o que não aconteceu em virtude do reduzido orçamento com que o SN dotou esta delegação e do SN ter sido incapaz de movimentar a verba disponível (2000 c.) p. investimentos.

Assistência Social e Médica

No campo da Assistência Social, a delegação possui uma conta bancária denominada por Fundo de Assistência Social, com um montante de cerca de 40 c., conseguidos por empréstimos dos associados e destinado exclusivamente a empréstimos p. aquisição ou reparação de habitação própria, aquisição de viaturas, operações cirúrgicas ou internamentos hospitalares, bem como apoiar a criação de uma cantina, no caso a CODEFA-VISEU. Do fundo social efectuaram-se empréstimos a alguns associados e à Codefa.

Foram tratados alguns processos para a Pensão Social e encaminhados outros sócios e não sócios para as entidades respectivas. No caso da Assistência Médica, dado que a Delegação não dispõe de meios próprios, têm-se assegurado a assistência através do esclarecimento ao interessado sobre a forma como podem beneficiar da sua condição de beneficiário dos SSFA, onde se têm efectuado inscrições maciças de sócios da ADFA e cuja troca de correspondência é bastante volumosa, podendo quase afirmar-se que somos uma autêntica delegação dos SSFA, dada a complexidade e volume dos assuntos tratados.

Emprego

Pouco se tem feito neste campo, por várias razões a saber: falta de um serviço bem organizado, a escassez de postos de trabalho, reduzidas qualificações de alguns associados desempregados, a grande maioria dos deficientes dedicarem-se à pequena exploração agrícola, etc. Muitos camaradas têm resolvido o problema pessoalmente e outros têm sido apoiados pela Delegação, principalmente aqueles que estão abrangidos por legislação própria e nalguns casos algo se tem conseguido. Foi efectuado um contacto com as Fábricas Lusitanas «Renault» com a deslocação da DZ àquelas instalações na Guarda onde reuniram com a administração daquela empresa. Contactaram-se ainda outras empresas, sem grandes resultados positivos.

Educação e Cultura

No que se refere à Educação pouco ou nada se fez. A situação financeira da Delegação e o orçamento com que foi dotada não lhe permitiu desenvolver qualquer iniciativa, aliás o mesmo se verifica nos outros serviços ou secções. No campo da Cultura, a única actividade é a existência de uma biblioteca, muito pobre em qualidade e quantidade.

Contabilidade e Tesouraria

Este serviço sofreu durante o ano de 78, uma profunda reestruturação, encontrando-se neste momento com uma

organização razoável, procurando-se actualizar e integrar no P. O. C. Durante o ano de 78, procedeu-se a vários estágios com elementos das delegações da Zona com a finalidade de se proceder a uma organização contabilística uniformizada.

Desporto

Desenvolveu-se com alguma persistência a formação de uma equipa de Futebol de Salão, com algum êxito, tendo esta Delegação um número de associados, que embora um pouco reduzido, a praticar essa modalidade com treinos regulares durante quase todo o ano de 78. Essa equipa participou em vários torneios, sendo dois em Lisboa organizados pela Sede da ADFA, um no Porto organizado por aquela Delegação, um em Évora organizado pela delegação local e outro em Viseu, organizado por esta delegação, em que participaram uma equipa da Sede, uma do Porto e uma equipa mista com elementos do Porto-Viseu para além da equipa de Viseu e que decorreu com bastante brilho.

Tem-se mantido contactos com a delegação em Viseu da Direcção Geral dos Desportos no intuito de movimentar outros associados em diversas modalidades. Foi fornecido àquela delegação da DGD, uma lista de deficientes do Distrito de Viseu, com a indicação de vários elementos

que possibilitem a integração dos nossos associados no planeamento daqueles serviços. Ultimamente surgiu idêntica solicitação por parte da delegação na Guarda da DGD.

Participou-se na simultânea de xadrez realizada na Sede e tem-se fomentado a prática dessa modalidade e outros nesta delegação com certa morosidade.

Dinamização

Devido à absorção que os restantes serviços acarretam ao pessoal, não foi possível desenvolver uma actividade intensa neste domínio.

Ainda assim, refira-se os contactos havidos com a Câmara Municipal para instalação na Feira de S. Mateus de uma barraca da ADFA, contactos com o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, Direcção Geral dos Desportos, RIV, Centro de Educação Especial de Viseu, Associação de Pais e Crianças Diminuídas Mentais, Liceu de Viseu, PSP, etc., etc., para além do apoio prestado ao Posto de Viseu da Codefa.

Bar

Com instalações bastante reduzidas e pouca afluência de frequentadores devido à sua localização, foi preocupação dominante mantê-lo em funcionamento sem prejuízo económico e sem interferir no expediente da delegação, o que se conseguiu.

DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO

Recepção — Secretaria

São estes serviços os que mais lidam com o associado, sendo pois os que mais trabalho desenvolvem, tentando resolver todos os problemas apresentados pelos sócios criando um clima de simpatia junto do mesmo, tentando saber os seus problemas quotidianos, assim como resolver os mesmos, e externamente se procura contactar com todo o deficiente e familiar do falecido, inspirando-lhe a confiança necessária, para os trazer junto à ADFA.

Não se poupam esforços, eludindo todo o sócio sobre as regalias que a legislação lhe vai concedendo e acima de tudo se procura que todos se venham a sentir iguais, ao abrigo do Dec.-Lei 43/76 e suas Portarias, o que lentamente se tem conseguido quase totalmente pois a maioria dos processos foram logo de início indevidamente apreciados. Não descurando nenhum dos aspectos do Dec.-Lei 43/76, conseguindo que a pensão de todos seja actualizada, fazendo-o gozar de todas as regalias concedidas pelo mesmo, em especial, aquelas que se alongam à sua família mais directa. Prontidão e perseverança tem sido o lema, no resolver de todos os assuntos, criando um clima de confiança nos sócios, de tal maneira que procuram este serviço ao mínimo problema existente.

Dos 322 sócios efectivos que esta Delegação possui, com mais 71 pendentes por não se encontrarem na situação exigida pelos Estatutos, devendo-se isto principalmente à demora do despacho da revisão processual e também a que o prazo da portaria 162/76 de 24.MAR.º n.º 2 da Portaria 197/77 de 12.ABR terminou em 22.JUN.78, e como não sabiam da existência da ADFA, estão a aguardar a saída de nova portaria para a revisão dos seus processos.

260 sócios estão considerados em campanha, 62 em serviço, 80 aguardam a revisão do processo. Existem 259 sócios inscritos nos SSFA, tendo-se feito encaminhar todos os assuntos dos benefi-

ciários até aqueles serviços. Foram dadas centenas de informações orais e verbais de assuntos de interesse aos sócios. Expediram-se 1943 ofícios e registaram-se 1280 entradas.

Houve e como sempre, dificuldades no campo económico, motivadas pela baixa dotação orçamental, pela demora do envio de duodécimos e pelas festas que ao longo do ano foram desenvolvidas. Para que estas fossem ultrapassadas, teve que se recorrer a um Credor.

Biblioteca

Apesar das poucas obras e do baixo nível que existe na delegação à disposição do sócio, mas mesmo assim a frequência destes à Biblioteca é superior, pelo que há uma rápida necessidade de aquisição de algumas obras válidas e formativas.

Dinamização

Sobre esta actividade, esta tem sido bastante intensa, apesar do volume de trabalho a que os outros serviços nos obrigam. De realçar os contactos com diversas entidades civis, militares e militarizadas. Com a nossa presença a título de convite nas Festas das Prisões Regionais da B. Baixa, Juramentos de Bandeira e Dia da Unidade do R.I. C.B., além de trocas de impressões com os comandantes das diversas Unidades, com o presidente da Câmara, governador civil, comandante dos B. Voluntários, etc. Enviou-se o jornal «ELO» a diversas entidades civis e militares, não esquecendo o 4.º aniversário-ADFA e a Festa do Natal, que foram de um inesquecível êxito.

Contabilidade

Apesar de nada nos ter sido ensinado temos lutado bastante para progredir nesta actividade e a pouco e pouco, com bastante esforço e com a ajuda externa de uma 3.ª pessoa, temos aprendido muito e doravante pensamos poder corresponder à confiança que nos é exigida neste serviço.

Secção Comercial

Sobre este ponto, pouco há a dizer, pois o bar é pequeno e pouco se vende, servindo

apenas para associados, frequentando-o uma média de 7 clientes, com um movimento diário de 60\$00.

DELEGAÇÃO DE COIMBRA

Secretaria

Não obstante as condições precárias em que se trabalha na Delegação de Coimbra, houve uma tentativa para solucionar e esclarecer os sócios, dos seus problemas, nomeadamente no último trimestre do ano findo, tentativa facilitada pela estada nesta Delegação dos elementos ligados à DC e à DZ. Este serviço trouxe para o seio da ADFA um número apreciável de sócios. Se observarmos as estatísticas globais da ADFA, constatamos que a Delegação de Coimbra foi a terceira depois do Porto e Lisboa, na angariação de novos sócios.

Atenda-se ao quadro abaixo indicado onde se especifica o volume de assuntos tratados nesta delegação:

N.º de exposições várias, 14; cartões DFA, 45; cartões reformado (serv.), 22; cartões SSFA, 24; req. p/JHI e rev. proc., 56; P. P. S., 5; deslocações ao exterior, 82; percentagem de defer., 20%; sócios efectivos, 311; n.º anual de inscrições, 80; n.º processos pendentes, 283; cartões Manut. Militar, 6.

II

Secretaria — Recepção

Entradas, 513; saídas, 749.

III

Dinamização

Prosseguindo a actuação do ano transacto, a secção de dinamização da Del. de Coimbra desenvolveu tarefas idênticas às do ano findo. Até ao momento, apesar dos condicionamentos existentes, a dinamização feita pela delegação tem sido profíqua.

A ADFA tem sido divulgada em várias zonas do distrito de Coimbra com o apoio de algumas organizações populares de base: G. P. C. R. da Cenraria, Grupo Cultural do Areiro, Olivais Futebol Clube, Del. de Coimbra do Inatel, Fábrica de Motorizadas CASAL, Fábrica Brintói da Figueira da Foz, etc.

No início de 78 recomparam os contactos com as entidades militares com o objectivo fundamental de tentar resolver o problema das instalações da Del. Através de ofícios, telefonemas e contactos pessoais, contactaram-se o QGRMC, DRM 12 e o Serviço de Fortificação e Obras, não tendo conseguido o seu arranjo.

Tendo por objectivo a colocação de camaradas no mercado do trabalho, foram contactados alguns estabelecimentos de ensino, empresas e outros organismos privados e estatais, tais como: Escola Preparatória CARLOS SEIXAS, ESC. SECUNDÁRIA DE MIRA, C. M. DE LEIRIA, Del. de Coimbra do Ministério da Agricultura e Pescas, Casa do Povo de POMBAL, etc. Através dos contactos anteriormente citados conseguiu-se a colocação de dois camaradas, um em Leiria e outro na Del. de Coimbra da Liga dos Combatentes.

No campo desportivo ainda não se conseguiu o objectivo. A maioria dos associados encontram-se dispersos, não havendo possibilidades de os juntar, a não ser nas reuniões convocadas pela delegação. A inexistência de uma sala de convívio e outros atractivos na Delegação são factores importantes para que a mesma não seja mais assiduamente frequentada por sócios.

Através de conversações com a Delegação de Coimbra da DGD e responsáveis da Escola preparatória SILVA

GAIO, conseguiu-se um horário provisório para praticar natação na piscina daquela escola. Assim, a Delegação passou a ter à disposição a piscina no horário compreendido entre as 17 e as 19 horas de sábado, sendo as lições orientadas por um delegado da D. G. D. Depois das duas primeiras lições às quais compareceram 9 sócios em cada, aos poucos a presença destes foi reduzindo, até que, depois de conversa havida com o sr. professor Reinado, chegou-se à conclusão que era preferível acabar temporariamente com a natação. Perguntado aos sócios os motivos da ausência das lições, disseram-nos que o horário não lhes convinha por falta de transportes e também por motivos particulares. Tentou-se um horário para os dias de semana para depois das 18 horas, mas nessa altura era impossível por os mesmos já estarem preenchidos. Solicitou-se à DGD apoio para a prática do ténis de mesa, o que foi conseguido durante algum tempo. Com efeito, aquele organismo concedeu à delegação o necessário aval para a utilização das mesas existentes no EDIFÍCIO CHIADO. Apesar de não se ter elaborado um trabalho de base por impossibilidades várias, alguns associados puderam jogar o ténis de mesa durante algum tempo. Porém, algum tempo depois, a DGD cedeu o edifício à Câmara Municipal de Turismo para ali se realizarem iniciativas de vária ordem. As mesas ali existentes, foram retiradas das salas, passando as mesmas a servirem para exposições a cargo da Comissão Municipal de Turismo e outras organizações. Tentaram-se outros locais, mas nada se conseguiu.

Quanto ao Futebol de Salão, alguns jogos se efectuaram entre sócios da ADFA e assinantes do «ELO» no pavilhão dos Olivais, não se conseguindo contudo, avançar com a modalidade por falta de número de sócios suficientes para a prática da mesma e também por falta de recintos para treinos. Tanto o Olival Futebol Clube como a Associação Académica de Coimbra têm equipas de várias modalidades empenhadas nos respectivos campeonatos regionais e distritais, não havendo, portanto, disponibilidades de pavilhões. Foram contactados alguns estabelecimentos de ensino com o objectivo de um eventual empréstimo dos respectivos ginásios, mas não conseguimos os nossos objectivos.

Quanto ao atletismo, alguns sócios participaram nas jornadas do Choupal integradas no Desporto para todos, iniciativa da responsabilidade da Delegação de Coimbra da D. G. D. A Del. de Coimbra Coimbra da ADFA foi convidada a participar em alguns concursos de pesca realizadas na Figueira da Foz, fazendo-se representar por uma equipa em alguns deles. Como tinha acontecido o ano passado, a Del. realizou na Figueira da Foz o seu concurso de pesca. Como no ano anterior, esta iniciativa foi um êxito, tendo servido para a divulgação da nossa associação. Centenas de trabalhadores dos mais variados ramos foram contactados nas suas empresas e outros locais de trabalho onde solicitámos colaboração.

Nas actividades culturais e recreativas, foi onde a Del. exerceu maior actividade. Em várias salas de espectáculos de Coimbra e arredores e centros de recreio popular dos arredores da cidade, realizaram-se sessões de esclarec-

mento, programas de variedade e exibição de filmes. Colaboraram nestas iniciativas, para além de outros, os Grupos Cultural e Recreativo do Azeite e da Conraria, Conjunto Fados de Coimbra, trabalhadores da Casa Canhão, trabalhadores da Regista, Teatro Gil Vicente, etc. Participou a Del. em várias reuniões, algumas como convidada, outras por iniciativa própria. Destaca-se a reunião com o dr. Mário Manaia, director da Direcção de Segurança Social do Distrito de Coimbra, reuniões com assistentes sociais de alguns estabelecimentos hospitalares, nomeadamente dos hospitais de Lórvão e Covões, Maternidade, Hospitais da Universidade, Hospital Pediátrico Sobral Cid, etc. Os hospitais de Covões, Sobral Cid e Lórvão são centros de psiquiatria por onde passam alguns deficientes mentais nossos associados.

Os contactos com a Maternidade de Coimbra permitiu encaminhar esposas de associados quando internadas no referido estabelecimento na altura de parto. Não foi intenção da secção de dinamizadas, meter cunhas ou algo no género. Em todos os contactos havidos, foi realçada a antecaridade da ADFA e a sua opinião no que se refere aos direitos de todos e quaisquer cidadãos de usufruírem de assistência médica e medicamentosa, direito ao trabalho, etc.

No dia 2 de Novembro a nossa Del. foi convidada a participar numa reunião, através de ofício emanado da Del. de Coimbra da DGD que viria a ser realizada no dia 7 do mesmo mês nas instalações das piscinas municipais. A referida reunião teve a presença de elementos representantes de estabelecimentos de ensino, ligados ao desporto para deficientes. A Del. de Coimbra da ADFA esteve representada por 5 sócios componentes dos órgãos sociais da Del., os quais tomaram parte activa na discussão dos temas apresentados. O encontro foi presidido por uma delegação de técnicos franceses com experiência na área do desporto para deficientes. Houve discussão e projecção de filmes.

Na parte da tarde, foram visitadas as instalações do Centro de Reabilitação de Deficientes Motores em Bencanta. As tarefas acima descritas foram normalmente acompanhadas por sócios. A interligação sócios-ADFA processou-se fundamentalmente através das visitas que os mesmos fazem à Del. quando à mesma se deslocam para tratar de assuntos seus, através da Festa de Natal e de aniversários e em alguns convívios desportivos e culturais.

O bar existente na Del. tem sido o fulcro de alguma controvérsia, não só entre a del. e a DZ e DC, mas também entre os vários elementos responsáveis pela mesma. Salientamos que, se por um lado se fez dinamização partindo de contactos havidos no bar, não é menos verdade ter o mesmo ultrapassado algumas vezes os verdadeiros motivos da existência da ADFA. Lutam os responsáveis pela urgente reestruturação dos serviços da Del., mais concretamente pelo arranjo das instalações. Depois do bar passar a desempenhar o papel que lhe cabe na del., «lugar secundário», esperamos aproveitar o máximo das potencialidades dos trabalhadores que a integram sendo urgente o arranjo das instalações com o fim de ficarem com aspecto condigno.

Lutou-se durante o ano de 78 para que as pessoas que diariamente nos visitavam não viessem exclusivamente servir-se do bar. Com a fixação de jornais de parede no bar conseguimos alguns assinantes para o «ELO», dando a conhecer através dos mesmos os verdadeiros motivos da existência da nossa associação. Lutou-se de molde a não nos deixarmos escravizar

pelo dinheiro do bar, ou melhor, pelo dinheiro nele realizado. Muitas vezes foi o dinheiro do bar que custeou o vencimento dos trabalhadores, assim como outras despesas necessárias, motivado pelo atraso de duodécimos. Consideramos, uma vez mais, que a reestruturação da nossa delegação depende muito dos seus sócios, trabalhadores e dirigentes, mas também dos órgãos regionais e centrais, cujo apoio tem sido quase inexistente. A delegação manteve ao longo do ano contactos com órgãos de comunicação social e com o jornal «ELO».

Todas as notícias foram divulgadas através da rádio e jornais regionais.

Salienta-se a acção desenvolvida na angariação de novos sócios, cujo número é considerável. 50 novos associados.

IV Contabilidade

Foi na contabilidade que houve um progresso francamente positivo, dado que se pode dizer que se começou do nada e neste momento a contabilidade da delegação está organizada segundo o Plano Oficial de Contabilidade, tornando assim mais clara e mais facilitada a gestão da delegação.

PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL

Nos termos estatutários compete ao Conselho Fiscal da Zona dar o seu parecer sobre o relatório de actividades e contas que acaba de vos ser apresentado.

Como é do vosso conhecimento, os elementos eleitos para o Conselho Fiscal da Zona Centro demonstrando o maior desinteresse na confiança que os sócios lhes depositaram quando os elegeram para tal cargo, e violando frontalmente os nossos Estatutos (Art. 9.º b), não exerceram as suas funções, o que levou o Conselho Fiscal Central a ter que encargar o problema, substituindo-os naquele cargo.

Nesses termos e atentas as dificuldades encontradas e os considerandos que passamos a expor, emitiremos o nosso parecer que é do seguinte teor:

1.º — Considerando que da análise feita ao relatório da Delegação de Coimbra há que concluir que no ano de 1978 algumas foram as notas positivas alcançadas no desenvolver da sua actividade, facto aliás aprovado no Plenário de Delegação que para o efeito se realizou, este Conselho Fiscal não pode deixar de lamentar a ocorrência de algumas irregularidades apontadas à gestão da Direcção e que originaram a abertura de um inquérito ordenado pelo Conselho Fiscal Central.

2.º — Em relação à Delegação de Castelo Branco salientamos com entusiasmo o volume de trabalho desenvolvido pelo sócio trabalhador da Delegação mas não podemos concordar com a sua decisão, considerando as verbas destinadas a despesas a realizar com as comemorações do 14 de Maio e outras festividades, ter ultrapassado as suas competências apresentando a Associação como devedora de Esc. 70 000\$00, que vos são apresentados nas contas aprovadas em Plenário de Delegação.

3.º — No que respeita à Delegação de Viseu apraz-nos salientar o desenvolvimento patente em todos os serviços conforme o relatório de actividades que foi lido. Sabemos que tal prática só é possível com o espírito de militância que todos conhecemos aos gestores da Delegação aos quais é de reconhecer a sua dedicação em prole da Associação e dos seus mais directos beneficiários, isto é, os sócios da Zona.

4.º — Sobre as contas apresentadas pelas Delegações que permitiram a feita do balanço Geral da Zona, bem como, da demonstração de resultados, apraz-nos tecer algumas considerações sobre a situação financeira.

Não se pode, neste capítulo, deixar de salientar o quanto foi positivo o facto de se ter deslocado à Sede da Zona (Viseu) um trabalhador no princípio do ano e a permanência nesta delegação do tesoureiro central que, para além de organizar a contabilidade da delegação, administrou ao trabalhador responsável por este sector conhecimentos fundamentais sobre o assunto.

5 — CONCLUSÃO

Tem consciência esta Direcção de que muito há para fazer. Houve durante o ano de 1978 um relativo abaixamento em relação ao ano anterior, motivado por vários factores. Este abaixamento foi no número de iniciativas e não na qualidade das mesmas. A falta de verbas motivou o abaixamento de algumas tarefas por a Delegação não as poder suportar. Embora muitas das iniciativas levadas a cabo fossem custeadas graças ao apoio dado por alguns sócios e amigos da ADFA.

A Direcção desta Delegação da ADFA, em Coimbra faz votos para que o ano de 1979 seja o ano do arranque, de forma a podermos servir da melhor maneira todos os sócios e futuros sócios desta Delegação.

DELEGAÇÃO DE COIMBRA

Embora apresente dificuldades de liquidez, encontra-se, no entanto, com tendência para um certo equilíbrio, na medida em que se dá um relativo aumento da sua situação líquida, isto é, de 1977 a 1978, verificou-se um acréscimo de cerca de Esc. 30 000\$00.

DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO

Esta ao contrário da anterior, apresenta-se com uma situação bastante má, considerando que tem dívidas a curto prazo no valor de Esc. 70 000\$ e apenas dispõe, de momento, para fazer face às mesmas, 43 000\$ (QUARENTA E TRES MIL ESCUDOS) valor aproximado.

De notar que as disponibilidades, somadas às existências, não atingem o valor em dívida. A situação líquida, em relação ao ano anterior, teve um decréscimo de cerca de 35 000\$00. O resultado apresentado no balanço, não está correcto, dado que na demonstração de resultados não se teve em devida conta o valor das existências finais o que falseou o mesmo. O valor exacto é de Esc. 35 148\$20 negativos.

Em face do que se acaba de referir, torna-se evidente, que é necessário tomar algumas medidas, com vista a dotar a Delegação de uma estrutura financeira minimamente equilibrada.

DELEGAÇÃO DE VISEU

Os documentos inicialmente apresentados a este Conselho Fiscal para análise não puderam ser aceites, tendo em conta, que não permitiam ajuizar fácil e claramente, da situação patrimonial da Delegação e muitas dívidas se levantavam, além de:

— Demonstração de resultados do período não elaborado,

— A relação das receitas e despesas, bastante confusa, com contas de meios monetários e de terceiros, consideradas como despesas.

— O imobilizado do ano transacto considerado conjuntamente com o adquirido no ano de 78, como despesa deste último ano.

Em face do que se acabou de referir, apresentaram os responsáveis da gestão da Delegação novas peças contabilísticas, tecnicamente adequadas, em função das quais podemos apreciar a situação financeira da mesma.

Tal como a de Coimbra, tem esta problemas de liquidez a curto prazo, no entanto de-

nota-se tendência para um certo equilíbrio. Deu-se um aumento de situação líquida de 28 000\$00.

EM RESUMO: A Zona no seu todo encontra-se com dificuldades de tesouraria para poder liquidar os encargos contraídos, dispõe em número redondos de Esc. 75 000\$00

para fazer face a 140 000\$00 de dívida a curto prazo. Contudo, dispõe de reservas próprias num valor muito superior ao das suas dívidas (cerca de 4 vezes), pelo que nos leva a concluir que a zona esta dotada de uma estrutura financeira que tenderá para o equilíbrio, desde que se pro-

mova a venda a um ritmo mais acelerado de que dispõe nas suas existências.

Concluindo: Após as devidas rectificações que foram sugeridas aos responsáveis da Zona, parece a este Conselho Fiscal que é de aprovar o relatório apresentado pela Direcção.

ZONA SUL

A Direcção da Zona Sul — Évora ao abrigo do Art.º 44.º alínea d) dos Estatutos apresenta aos sócios, reunidos em Assembleia Geral de Zona, o relatório sobre as várias actividades da Delegação de Évora, incluindo os seus serviços.

Temos consciência de que este ainda não é o relatório que os sócios pretendem e a que a actual Direcção de Zona teria pretendido elaborar, pois que não contém vários dados por não estarem concluídos, como por exemplo o serviço de estatística.

Pretendemos, deste modo, apresentar aos sócios, através deste relatório, uma imagem do que foram as actividades da Delegação de Évora durante o ano de 1978.

Assim, no princípio de 1978, em virtude do Conselho Fiscal de Zona não ter apresentado os seus relatórios ao C.F.C. como lhe competia ao abrigo do Art.º 46.º alínea a) esta Direcção viu-se na obrigação de pedir à Assembleia Geral de Zona a demissão do citado órgão, a qual foi aceite, ficando esta Zona sem o respectivo C.F. em virtude da Assembleia Geral de Zona, como lhe compete, não ter convocado nova Assembleia para eleição de novo C.F.

No aspecto das actividades internas ouve a preocupação dominante de estruturação dos serviços, o que se conseguiu até certo ponto.

No que diz respeito à secretaria muito se tem feito pois durante o ano de 1977, muitas revisões de processos foram pedidos, de um total de 81 processos em serviço 52 esperam ainda despacho de revisão. Processos que não foram considerados em serviço são num total de 25, tendo 5 associados recorrido ao Supremo Tribunal Administrativo. Com o pedido de revisão de processos aumentou consideravelmente o número de sócios abrangidos pelo 43/76, que são neste momento, nesta Delegação, de 203; também durante o ano de 1978 foram tratados de Cartões de Identificação-DFA num total de 52. Como também Cartões dos Serviços Sociais das Forças Armadas que rondou os 172; Cartões de Identificação de reformados em serviço num total de 32; pensões de preço de sangue foram metidos 30 requerimentos a solicitar as mesmas, estando neste momento 31 associados já a receber a respectiva pensão; quanto a requerimentos a solicitar a reclassificação do grau de invalidez, foram elaborados nesta Delegação um total de 22; foram também elaborados 48 requerimentos a solicitar a colocação de Deficientes à base do 43/76; tendo sido solicitado à Caixa Geral de Depósitos 202 declarações comprovativas das pensões de invalidez dos nossos associados, as quais se destinavam a assuntos diversos; no que diz respeito a emprego esta Delegação empregou durante o ano um total de 7 associados.

Coube também à secretaria a organização dos processos individuais de sócios, e a organização de processos de novos sócios a fim de os mesmos serem enviados à secretaria da ADFA em Lisboa.

Além de informações sobre os assuntos mais diversos, foi deste serviço que muitos problemas postos pelos sócios foram resolvidos, tais como apoio directo na aquisição de habitação própria nos termos do Dec.-Lei n.º 43/76; compra de viatura própria nos termos do mesmo diploma e outros, com interferência junto dos vários organismos tais como Caixa Geral de Depósitos, Caixa Nacional de Pensões, Fundo de Fomento da Habitação,

Câmaras Municipais. Houve ainda intervenção directa junto do H.M.R. n.º 4 em Évora com vista a internamentos e assistência médica.

No que diz respeito à procura e oferta de emprego alguns deficientes foram empregados durante o ano de 1978 e outros contactos foram feitos no mesmo sentido, havendo neste momento grandes perspectivas de colocação de mais deficientes, e a possibilidade de alguns frequentarem cursos de especialização durante 6 meses.

No que diz respeito ao desporto, realizou-se um concurso de pesca, inserido nas festas da cidade, com o apoio das autoridades militares e civis, fizeram-se também durante o ano diversos concursos de tiro ao alvo, que reuniu, além de deficientes, muitos participantes não deficientes; fizeram-se também alguns jogos de futebol de salão com equipas de outras Delegações, estando neste momento em arranque a Sec. de Educação e Cultura.

No intuito de melhor servir os associados e de os trazer mais perto à Delegação, foi aberto no bar um serviço de almoços, no qual é servido à média de 10 almoços por dia.

Foi também criada uma cooperativa com a mesma finalidade, em que a direcção deu todo o apoio e continua a dar, a qual se encontra a funcionar dentro das instalações da Delegação, em bom ritmo, e com artigos de consumo e artigos de electrodomésticos a baixo custo, não podendo a mesma, por deliberação, ultrapassar a margem de comercialização de 10%. No que diz respeito aos seus associados, eles são deficientes das Forças Armadas, tendo-se no entanto deliberado a

inscrição de deficientes civis, em virtude de os mesmos até este momento se encontrarem desamparados e sem qualquer apoio da parte das entidades oficiais.

Realizou-se também a festa do Natal/78 no Teatro Garcia de Resende a qual ultrapassou em muito a expectativa da direcção e participantes, pois contou com a presença de muitas dezenas de associados e familiares estando presentes um total de 150 crianças. É de salientar nesta festa a presença de algumas dezenas de pessoas da população eborense que quiseram assistir à nossa festa a demonstrar o apoio que sempre souberam dar-nos e a demonstrarem mais uma vez a admiração e o respeito que sempre têm tido para com a Associação.

Também se fizeram contactos durante todo o ano de 1978 para a abertura de uma Delegação em Faro, estando já neste momento nomeados 6 sócios como representantes da Associação, com o fim de arranjar instalações para o efeito, prevendo-se a sua abertura durante o ano de 1979.

Aquilo que a Delegação realizou em 1978 é pouco, sem dúvida, comparado com o que todos gostaríamos que tivesse sido feito, mas muita coisa já se fez, pois que no aspecto de organização dos serviços, os mesmos estão organizados para que no ano de 1979 se possam realizar projectos que durante o ano de 1978 não se poderam levar a efeito.

Estamos convictos que durante 1979, os sócios nos darão a ajuda necessária, para a realização de projectos que visam o desenvolvimento da Delegação de Évora, e a integração dos associados da Zona Sul numa sociedade que todos nós pretendemos mais justa.

PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL

O Conselho Fiscal Central no uso das suas atribuições e, em substituição do Conselho Fiscal de Zona que, conforme deliberação da A. C. Zona, se encontra demitido desde o princípio do ano de 1978, passou a acompanhar e desenvolver das actividades da Direcção de Zona como lhe competia e após a apreciação do Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano de 1978 agora apresentado a esta Assembleia Geral de Zona decide dar o parecer que é do seguinte teor:

1. Nos termos do art.º 38.º alínea e) o C. F. Central, apreciando a atitude dos elementos eleitos para o cargo do C. F. Zona, lamenta o seu alheamento para com as funções que lhes cabiam e que levaram esta Assembleia Geral de Zona a ter proposto a sua demissão.

2. Apreciada a actividade desenvolvida pela Direcção de Zona e patente no relatório que acaba de ser lido o qual é bem demonstrativo do desenvolvimento da acção levada a cabo

pela Direcção e demais associados, trabalhadores e colaboradores, este Conselho Fiscal congratula-se com o desenvolvimento verificado na maioria das suas actividades e espera que o mesmo prossiga em benefício dos Associados.

3. O Conselho Fiscal lamenta não poder informar a Assembleia acerca da situação económica e financeira de Delegação, dado apenas ter sido apresentada para análise uma relação de receitas e despesas, que não nos permite ajuizar da situação patrimonial da mesma.

Examinaram-se os documentos que serviram de suporte à relação citada, tendo-se pautado a nossa conduta pela análise crítica de aspectos técnicos e legais, fazendo-se os devidos reparos ao órgão responsável de gestão, para aqueles aspectos que nos parecem menos harmoniosos com os princípios gerais, tendo em conta, como é evidente, que a A. D. F. A. está trabalhando no sentido da sua normalização contabilística.

TIRAGEM DESTA NÚMERO 8000 EXEMPLARES

LÊ ASSINA DIVULGA

ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA VISTO PELAS CRIANÇAS

Tínhamos prometido no último número do jornal «ELO» publicar alguns trabalhos de crianças, nos quais elas expressariam algo do que pensam do ano que lhes é dedicado.

Qualquer de nós poderia imaginar, que, à primeira vista as crianças iam ficar encantadas com a antevisão de todos os projectos de realizações comemorativas do 20.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Mas apesar de crianças, têm muitas vezes a noção de que, em demasiados lugares do mundo, nem todas elas beneficiam daquela dignificação, liberdade e protecção especiais de que nos fala a Declaração; por isso entre os trabalhos que chegaram até nós podemos ver que são levantadas questões e formulados raciocínios e opiniões que nos deixaram sem saber que resposta dar.

Merecem uma atenção especial da parte de todos nós, adultos, algumas das seguintes perguntas:

«Porque é que as crianças em todo o mundo morrem de fome?» (Maria Manuela — 12 anos).

«Porque é que a criança é obrigado a ir fazer trabalhos forçados que não são permitidos pela lei?» (Trabalho conjunto de Luísa Maria — 12 anos e Isabel Maria — 12 anos).

«Porquê o racismo?»
«Porquê as guerras?»
«Porquê a desunião?» (trabalho conjunto de Paulo Jorge — 13 anos e Pedro Manuel — 13 anos).

Mas, crianças há que emitem também opiniões que, de certo modo, nos mostram já um despertar da consciência para as disparidades das acções dos adultos. Eis os exemplos: «Eu acho que não devia haver o Ano Internacional da Criança, porque havendo esse ano, quer dizer que nos outros anos as crianças são esquecidas.» (Filipe Luís — 13 anos).

«No final foge tudo aos direitos das crianças e as pobres crianças é que sofrem porque os adultos estão-se ralando para os nossos direitos, só pensamos nos seus direitos.» (Isabel Cristina — 11 anos).

«As crianças deviam de

ser todas iguais, não havendo preferências por um ser mais rico e outro ser mais pobre, porque ainda hoje nas escolas há essas diferenças, alguns profes-

guerra é que certas crianças vivem na miséria por fugirem dos seus países, das suas terras, abandonarem os seus lares e as suas famílias. É muito tris-

nossos filhos quando eles emitem alguma opinião, disparatada que pareça?

É inevitável que se evidem esforços para sermos pacientes, tolerantes

Recuso:

- Sem emprego no ano de 1979

Afirmo:

- Não quero ir ao trabalho no mundo, rapazes e raparigas da minha idade, vivem à margem da sociedade, tornam-se adultos por culpa dos homens.

Acuso:

- Todos os grandes que declararam este o ano da criança quando ainda ficavam para que todos os anos o sejam.

Desejo:

- Crescer depressa e unir-me a todos aqueles que hoje com a minha idade deixam um mundo melhor e mais justo.

Sonho:

- Um ano 2000, esse sim, com crianças iguais em tudo: roupa, comida, escolas, tempo de crescer sem sobressaltos.

Declaro:

- Se isto não for de um sonho, então eu recuso também a idade adulta.

José Augusto P. Vale
12 anos



sores põem os alunos mais pobres para o canto e puxam pelos ricos.» (Trabalho conjunto de José Manuel — 13 anos e Rui Manuel — 12 anos).

«Também há crianças que nem sequer têm um carrinho para brincar enquanto outros os mandam fora.» (José Francisco — 11 anos).

«A guerra para mim é a coisa pior que pode haver, sem guerra podíamos viver todos nas suas terras com paz e amor. Por causa da

te isso tudo» (Rosário — 12 anos).

«Eu gostava que neste ano de 1979, o Ano Internacional da Criança, todas as crianças do nosso país vivessem em paz sem guerra e sem fome e que fosse dada toda a assistência necessária às crianças desamparadas deste país, que se fizesse mais para as crianças infantis e mais colégios para as crianças deficientes do nosso país.» (Helena Maria — 11 anos).

Se nós, adultos, fizermos o levantamento destas expressões, verificamos de imediato alguma tristeza e secura que vai nos seus enunciados. Onde se impõe que façamos uma certa reflexão: na verdade, «crianças deficientes», «fome», «pobre» e outros vocábulos semelhantes são aquilo que as crianças vêem, o que ouvem na televisão ou o que por vezes leram nalgum pedaço de jornal. Isto é, a sua perspicácia é logo atirada para aquilo que as cerca.

Quando será, que nós, pais, nós pessoas crescidas, dedicaremos atenção suficiente aos problemas das crianças? Qual a importância que damos aos

com estes pequenos seres de hoje, homens de amanhã.

Convém não esquecer que o exemplo dado por nós frutificará alguns anos mais tarde, seja para o bem, seja para o mal.

O Departamento de Educação e Cultura

★

Para as crianças que não sabem o que é a infância escrevemos estas quadras

Criança que sofre
Neste Mundo cruel
Aqui vai o nosso
Apoio só em tinta e papel

Criança que deixa a escola
Para teus pais ajudar
Pelas ruas pedes esmola
Sem saber o que é estudar

Aqui vai o nosso desejo
De que não seja só 1979
O Ano Internacional da Criança
Mas sim todos os anos

trabalho conjunto de:

Paula Aires 13 anos
Olga Maria 14 anos
Maria João 13 anos
Anabela 13 anos

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

A ADFA VAI PARTICIPAR ACTIVAMENTE

Começa já a respirar-se o ar de Abril; uma festa popular, a mais popular que o povo tem na roda do ano, aproxima-se; o 25 de Abril vai fazer cinco anos e as pessoas preparam-se para assinalar condignamente esse facto.

A data que os capitães escolheram, a história registou e o povo português abraçou não passa, de ano para ano, despercebida a todos quantos por via da liberdade que chegou e da guerra que acabou, viram abrir-se um futuro de esperança e paz a poder ser construído pela participação de cada um. Assim, o 5.º Aniversário do 25 de Abril será festejado com festa rija dos trabalhadores que viram conquistados direitos e garantias que lhes podem assegurar uma vida melhor; dos jovens que já não vão à guerra arriscar a sua integridade física em defesa de interesses que não os seus, bem como das famílias que já não têm que chorar os filhos, maridos, pais ou irmãos perdidos em defesa de uma causa absurda; de todo um povo que reconquistou o estatuto de maior idade e se sentiu livre para rasgar os caminhos do seu próprio futuro.

Em nome da liberdade, da democracia, da justiça social e do fim da guerra, que foram os ideais essenciais dos que patrioticamente libertaram Portugal, as comemorações do 25 de Abril vão ter, este ano, ainda mais que nos anteriores, um cariz popular, competindo às organizações populares levarem a cabo iniciativas próprias que não deixarão, certamente, de acentuar bem o apego do povo português ao 25 de Abril e ao que esta data significa.

A ADFA, causa e efeito do 25 de Abril, não poderia dissociar-se das comemorações de mais um aniversário e, assim, vai participar com iniciativas próprias, à semelhança do ano passado.

A ADFA estará presente nas comemorações do 25 de Abril por direito próprio. Os deficientes das Forças Armadas, que saudaram com entusiasmo o desejado fim da guerra colonial, mantêm-se disponíveis para reafirmarem a injustiça e inutilidade da guerra, contribuindo para o enraizamento da consciência de que é muito dolorosa uma guerra feita por qualquer poder contra a vontade e interesses de um povo.

No «Elo» de Março anunciaremos as actividades que a ADFA desenvolverá no âmbito das comemorações do 25 de Abril, que, além de iniciativas já levadas a efeito no último ano, incluirão outras que, pensamos, se revestirão de grande interesse e oportunidade.

MAIORIA DAS PENSÕES DOS SINISTRADOS NO TRABALHO SÃO INFERIORES A 60 ESCUDOS MENSUAIS

Os resultados de um inquérito realizado pela Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), em que foram entrevistados 700 deficientes sinistrados no trabalho, indicam que a maioria dos que recebem pensões auferem quantitativos mensais que oscilam entre 13 e 60 escudos; sendo poucos os que recebem mais de 1.000 escudos e muito raros os que vão além de 2.000 escudos. Dos 700 pensionistas contactados no inquérito nenhum recebe mais de 3.800 escudos por mês.

Entretanto, dos 700 deficientes contactados apuram-se os seguintes resultados por tipos de deficiência: 50 paraplégicos; 18 cegos dos dois olhos; 71 cegos de um olho; 54 amputados de um braço; 2 amputados dos dois braços; 51 amputados de uma mão; 2 amputados das duas mãos; 67 amputados dos

dedos da mão; 60 amputados de uma perna; 3 amputados das duas pernas; 6 amputados de um pé; 29 afectados de doenças profissionais; 4 com extracção da rótula do joelho; 2 com extracção do baço; 1 com extracção do pulmão; 231 sofreram outras lesões graves.

A Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho, no sentido de tentar melhorar a situação dos deficientes deste sector, apresentou ao Governo, em Novembro de 1971, um caderno reivindicativo que ainda não teve seguimento. Na mesma altura a ANDST elaborou e enviou à Assembleia da República um projecto de lei que preconiza a criação do Instituto Nacional de Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, mas também este projecto ainda não foi, até esta data, apreciado e discutido por este órgão de soberania.

CONVÍVIO DE CRIANÇAS NA SEDE DA ADFA

Dentro do âmbito do ano internacional da criança, a ADFA organizou um convívio especial para crianças, que se realizará no próximo dia 10 de Março, com início às 15 horas, na sede da Associação em Lisboa.

Destinado essencialmente aos filhos dos sócios, mas podendo também participar filhos de amigos da Associação, este encontro constará de desenhos livres e pinturas a executar pelas crianças e exibição de filmes infantis.

Espera-se a colaboração de alguns artistas plásticos que estarão presentes a apoiar e incentivar as crianças. Entretanto a Associação colocará à disposição das crianças todo o material de desenho e pintura necessário.